

PAGINAS DE
HISTORIA
DOS TEMPOS
QUE CORREM

Onze artigos de O SECULO

—

LISBOA
1927

A série de artigos que O Seculo publicou a seguir ao ultimo movimento revolucionario teve o condão de impressionar profundamente o País. Certamente por neles se afirmarem verdades, que andavam de ha muito na consciencia publica, e por se apreciarem factos que reclamavam o justo comentario que ainda não tinham tido na Imprensa Portuguesa, ao mesmo tempo que se procurava, com inexcedível sinceridade e rude franqueza, restituir os homens e as coisas aos logares que lhes pertenciam, esses artigos, inspirados por um patriotismo que pôde medir-se com o dos mais exaltados e por uma fé nos destinos deste País, que não pôde ser excedida, foram julgados dignos de ser publicados em separado, de certo por se entender que constituíam páginas de historia dos tempos que correm e ainda por terem a dar-lhes vida principios morais, que parecia terem morrido para sempre na alma portuguesa. O Seculo aproveitou jubilosamente as sugestões que no sentido indicado lhes foram feitas. Assim, a primeira série de onze artigos referentes aos ultimos acontecimentos revolucionarios, ás suas causas, seus fins e provaveis consequencias, se os que os promoveram vencessem, saem hoje em separata. E' um brinde que O Seculo faz aos seus leitores. Oxalá que dele resultem para a Patria e para o regime, com uma maior divulgação das doutrinas que esses artigos encerram, beneficios iguais á fé, ao ardor, e ás puras intenções de bem servir o País com que foram escritos.

Justiça inflexível

Não nos movem odios nem paixões de nenhuma espécie. Não nos inspira o menor interesse pessoal nem nos determinamos pela mais insignificante pressão, venha ela donde vier, seja quem fôr que no-la pretenda impor. Hoje, como ontem, o *Seculo* é orientado em plena liberdade, com uma perfeita noção das suas responsabilidades de grande órgão da opinião pública, com a inflexível tenacidade de quem, não transigindo nem com desordeiros nem com corruptos, entende que acima das miseráveis conveniências das varias quadrilhas que têm esmagado o País, está a prosperidade, está o brio, estão a honra e a independência nacionais. Encetámos contra aqueles que não têm feito senão corromper politica, economica e moralmente a sociedade portuguesa uma luta sem treguas. Não a abandonaremos! Não será agora, que os frutos dessa luta principiam a mostrar-se, que mudaremos de posição. Temos estado, desde que o *Seculo* reatou o fio da sua tradição, no alto duma barricada, donde o nosso pensamento tem espadanado por sobre toda a terra portuguesa, criando adeptos, reunindo vontades e fomentando ambiente para a grande reacção salvadora. Não saímos da barricada para irmos ao encontro fosse de quem fosse. Os acontecimentos é que vieram até nós, para nos darem razão! Os factos é que se desenvolveram á nossa volta, para comprovarem mais uma vez que, quando ha razão e essa razão, escudada numa honestidade absoluta e servida por uma coragem que não sabe fraquejar, quere vencer, não ha forças capazes de a humilhar com a derrota. Seria uma cobardia voltar, neste momento, as costas aos primeiros resultados do esforço, que voluntariamente temos feito em favor do País. Não está isso no nosso feitio! Temos, por elegancia moral, quanto mais não seja, de ir até ao fim. Nem um passo, pois, para a retaguarda, nem uma hesitação sequer no apuramento das responsabilidades que se enovelam em torno da grande perturbação revolucionaria que passou!

Quem organizou essa perturbação? Quem entrou nela? Quem a trouxe das alfurjas onde se tramam taes crimes para a luz do dia, desencadeando sobre as duas principais cidades portuguesas rajadas de metralha, que arazaram predios e danificaram bairros inteiros, ceifando dezenas de vidas e enchendo os hospitais de victimas da sua ferocidade? Quem tornou possível semelhante atentado contra os cidadãos que trabalham e não têm culpa dos desvarios politicos de duas centenas de aventureiros, que apostaram não nos deixar viver em sossego? Olhemos com frieza, com imperturbavel serenidade para o que se passou. Os acontecimentos falam alto de mais, para que tenhamos necessidade de lhes substituir a voz pela nossa! Quem desceu á praça publica, de armas na mão, para vencer massacrando, ferindo ás cegas, chacinando quem ousasse passar ao alcance das suas armas, das suas bombas, das granadas dos seus legionarios de todás as côres? Representantes de todos os partidos, que o movimento de Maio expulsára do usufruto da Nação! E quem os acompanhava? A cauda lamacenta que a democracia official criou logo a seguir á implantação da Republica! As hostes dos que formaram em torno dos politicos, para os proteger, para lhes servirem de casa da guarda, para os forçar a todas as transigencias deson-

rosas, nas quais o austero principio da autoridade foi sacrificado até se ter transformado numa autentica ficção! Foi dessa cauda lamacenta, em que formam todos os que entendem que o trabalho honrado é um vilipendio e que é no latrocínio, na perseguição, na espionagem, no atentado pessoal, no assalto á mão armada que reside o mais comodo processo de governar a vida, que saíu a Legião Vermelha, que brotou o sindicalismo destrutivo, que se geraram as setas sanguinarias que actuam permanentemente nos subterraneos da politica portuguesa! Quem ha por aí que ignore esta grande verdade?!

Pois bem: para dar combate á situação saída do movimento de Maio tudo se juntou, tudo se pôs de acôrdo, tudo se reuniu na mais perfeita das harmonias! Homens fardados de officiais do Exercito e da Armada, com a Cruz de Guerra ao peito, não duvidaram revoltar-se, vindo para a rua combater ao lado de ladrões e de assassinos! Militares com o peito constelado de medalhas, bem ganhas por certo, entenderam que conquistavam mais um titulo de gloria descendo á praça publica, de armas na mão, para com o auxilio da Legião Vermelha e com a colaboração de cadastrados, restabelecerem em toda a sua pureza a Constituição! E' de admirar semelhante consorcio entre homens que tinham o dever de respeitar e de fazer respeitar a ordem e aqueles cujo ideal consiste em destruir essa mesma ordem, para em plena anarquia poderem dar largas aos seus instintos de lobos, prontos a devorar o seu semelhante? Que respeito, que piedade, que benevolencia, que compaixão merece quem não hesita em confundir os seus galões com as riscas simbolicas das camisolas dos galerianos com quem se irmanou, combatendo a seu lado contra o Govêrno constituido, responsavel pelo sossego da Nação? A hora das claras afirmações chegou! Pela nossa parte, não a traíremos! E assim, afirmamos que sobre uns e outros, quer sejam legionarios os que vão ser castigados, quer sejam os chefes que es enquadram e armaram, que os comandaram e dirigiram, que os tiveram por colaboradores e lugares-tenentes, deve recair a mais inflexivel das justíças, uma justiça austera e forte, que castigue de harmonia com o crime praticado, que puna em relação á ausencia de escrupulos morais de que deram provas de arepiar os paladinos da capa de todos os abusos e de todos os atentados contra a Patria, que desde 1911 se têm praticado em Portugal— a Constituição!

Perdoar seria atraícoar os que se bateram para que não se restabelecessem a corrupção politica, a immoralidade administrativa, o banquete partidario em que o País vinha sendo devorado ás fatias desde 1910! Mudariam, porventura, de vida aqueles que por esse perdão fôssem atingidos? Regenerar-se-hiam? Não! Reincidiriam na primeira ocasião! Os seus odios exacerbar-se-hiam! Os seus instintos de anormais incorrigiveis refinariam! A falta de punição exemplar alentaria todos os profissionais da rebelião e do crime, quer vistam uma farda, quer se disfarcem com os trajos vulgares dos cidadãos pacíficos! O Poder fortaleceu-se. O principio da autoridade renasceu, como a Phenix lendaria, das cinzas em que o tinham sepultado. Há que dar-lhe cada vez mais brilho e mais vigor! E isso não se consegue envolvendo na capa da misericórdia aqueles que desencadearam sobre Lisboa e sobre o Porto a maior calamidade de quantas nos ultimos tempos essas cidades têm sido vitimas. Como se expiam crimes desta grandeza? Restabelecer a Constituição seria, por acaso, compensação sufficiente para o martirio imposto por politicos de farda e sem ela, de parceria com criminosos confessos, a tantas centenas de milhares de criaturas que pela politica só têm sido espoliadas, escarnecidas e quiçá vendidas, sem sombra de vergonha? Mas se essa Constituição, miseravelmente rasgada e conspurcada, tem servido para tudo; se á sombra de autorizações parlamentares, as mais audaciosas, ela tem sido inumeras vezes abolida; se nas suas disposições habilitosas têm encontrado guarida todas as prepotencias das varias *équipes* de governantes, a quem o Poder tem estado entregue, com que direito, com

que autoridade e até com que pudor se vem justificar o incendio revolucionario, que esteve prestes a devorar o País, com a necessidade de estabelecer um estatuto que não faz falta senão aos politicantes de profissão e do qual jámais resultaram beneficios, nem para a Nação, nem para os cidadãos, visto as garantias que ele devia conferir terem sido sempre letra morta?

O País está farto! Não quiere fazer mais experiencias dentro da mentira politica, que ha oito meses foi a enterrar, definitivamente estrangulada pela vontade de um povo que, por culpa dos seus governantes, vive ainda em plena barbarie. Podem desfaldar-lhe diante dos olhos o espantelho constitucional, que a sua indeferença ficará imperturbavel! Com a parcela da Nação que ainda não foi corroída pelo veneno partidario e politico escusam os constitucionalistas de contar! Iludida na sua boa fé, não ha meio de a transformar em instrumento cego de ambições e de interesses, que cheiram horivelmente mal! Com ela só há que contar para impedir que esta terra se transforme numa feira imensa, onde á custa de dinheiro semeado sem contar, tude se consiga! Alheada da má politica, essa parcela sábia da Nação, ao vêr que pouco faltou para, desta feita, se implantar entre nós a mais perigosa das comunas, aquela comuna em que os vencedores se recrutam entre bombistas e pistoleiros de todas as categorias, reconhecerá que, emquanto não se ressuscitar a moral antiga, nada se conseguirá, e que essa resurreição não poderá alcançar-se senão pelo castigo inflexivel daqueles que, tendo-a esfrangalhado sem sombra de pudor, querem, por força, inutilizar toda a obra de purificação que se intende para salvação de um povo, por eles condenado a morer afogado em lama e em torpezas! A sedição que acaba de ser sufocada teve mandantes e executantes. E' preciso descobri-los a todos! E' indispensavel que se saiba quem pegou em armas e quem deu o dinheiro, que é o nervo de todos os impetos revolucionarios! E uma vez averiguado quem foram os mandantes e os mandatarios do crime que, em nome da Constituição—que deslavado sofisma!—acaba de praticar-se, que recaia sobre todos eles o merecido e justo castigo. Só assim a opinião publica, que não é a opinião dos politicantes, carrascos imperturbaveis da Nação, ficará satisfeita! Essa reparação exige-a ela. Haverá coragem para lha negar?

(Seculo, 12 de Fevereiro de 1927).

Os neutraes

Sempre que a ordem publica é perturbada, aparece, a lavar as mãos como Pilatos, colocando-se fóra da contenda, uma fauna especial que é, de todas as faunas que por essas ocasiões se manifestam, a mais antipatica, por ser a mais calculista e a mais comodista. Queremos referir-nos, com a repulsa que semelhante attitude merece, á chamada *neutralidade* dos que não se batem nem pró, nem contra, para no momento proprio fazerem dominó para os dois lados! Em todas as revoluções tem havido *neutrais*. Houve-os já em 5 de Outubro de 1910. Classes que tinham por obrigação erguer-se em pé de guerra para a defesa do regime que as mantinha e engordára ficaram quietas como ninhadas de ratos espavoridos, a vêr em que as coisas davam. Liquidado o conflito, que meia duzia de combatentes, comandados por um heroi á feição antiga, resolveu no alto da Avenida, batendo-se como leões, os *neutrais* de então foram os primeiros a aderir. Da sua attitude sem classificação, tiraram esses elementos passivos todos os efeitos e todos os pro-

veitos. Se se tivessem batido pelo regime que haviam jurado defender, clamaram, os revolucionarios teriam sido esmagados. Logo, os verdadeiros vencedores tinham sido os que haviam ficado em casa, digerindo pacificamente, numa neutralidade benemerita, o rancho que nunca falta a quem tem tempo para evitar que lhe entre o esturro ou lhe dê o *bispo!* Veio o 14 de Maio. Vieram outras sedições e outras revoluções. Revoltaram-se monarquicos e insubordinaram-se republicanos, uns para restabelecer um sistema politico que haviam deixado cair e outros para se incrustarem uma vez mais no Poder, donde por via dos seus erros, se não dos seus crimes, haviam sido expulsos. E os *neutrais* apareceram sempre, como camaleões mudando de cor conforme as conveniencias, como emboscados que não sabem qual o caminho que devem seguir—se o que leva á gloria, se o que pode conduzir a cadeia!

O exemplo, tremendo exemplo de falta de decisão e de ausencia de apurmo moral, pegára e frutificára. O precedente que nascera com a Republica enraizára na moleza espiritual daqueles que têm o mais decidido horror pelas atitudes claras, pelas situações que não suportam interpretações divergentes. Os seus frutos têm sido abundantes, têm caído de maduros por toda a terra portuguesa, porque por toda ela a arvore da neutralidade, de sobrelenho pesado, como convém a tudo o que vive encharcado em ponderação, tem alongado a sua ramaria sinistra! Daí, nunca se saber com o que se conta. Os que se revoltam, cheios de boas promessas, esperam que venham formar a seu lado os que com eles andaram muitas vezes em conciliabulos traiçoeiros. Mas em vão! Entre descerem á praça publica, para serem fieis á palavra dada, e ficarem comodamente, a espreitar pelas frinchas das janelas, as fases da luta em que tinham prometido imiscuir-se preferem, sem sombra de hesitação, envolver-se corajosamente no misterio das esfinges, para forçarem a vitória final a inclinar-se para um lado ou para o outro. E se a Nação, que mantem e sustenta esses herois da neutralidade, esses budistas da guerra, especie de bonzos que nenhuma grande perturbação agita, lhes bater á porta, para lhes dizer que a hora de cumprirem os deveres que perante ela assumiram chegou? Os bonzos agitam-se, descruzam as pernas, erguem solenemente a cabeça, alongam os braços, espalmam as mãos, invocam a deusa Neutralidade e declaram que ninguem logrará obrigá-los o mover-se, seja para combater os insurretos, seja para obedecer a quem tem o direito de lhes dar ordens e de os fazer marchar para as primeiras linhas, onde a sua presença é precisa, para proteger a vida e a fortuna dos cidadãos contra as investidas dos bandos armados que pretendam destrui-las! E dito isto, os bonzos voltam á sua situação estatica, dispostos a ir reclamar dos vencedores, quaisquer que eles sejam, o premio que a sua indeferença conquistou!

Esta é a tactica dos *neutrais*. Mas ha ainda a dos *marombistas*. Ha a tactica habilidosa dos que, tendo-se comprometido a colaborar nas revoluções, faltam sempre, para á ultima hora seguirem a trajectoria dos vencedores. Esses são os verdadeiros culpados de todas as perturbações sediciosas que têm apunhalado a vida portuguesa nos ultimos quinze anos! São eles quem dá alentos aos que pegam em armas e veem para a rua dar tiros á doida, matando os seus concidadãos como matariam leões nas jaulas do Jardim Zoologico! Deixam que os ingenuos, os corajosos ou os doidos; que os bandidos e os ladrões, os bombistas e os herois de pacotilha, os enfatuados e os ambiciosos, os corruptos e os parasitas do Poder, os obcecados pela ancia de governar e os desorientados pelas convulsões de estomagos habituados a digerir raivosamente a Nação vão para as barricadas e para as encruzilhadas dar largas aos seus instintos perversos e, ou correm a vibrar-lhes o golpe de misericórdia, se a firmeza dos governantes os não deixa triunfar, ou são os primeiros a aparecer, de escudela em riste, a reclamar o premio da sua felonía, se a desordem logra transferir-se da rua para o Poder, para arvorar o arbitrio em lei e o assassinio politico em processo infan-

lível de liquidação de adversários incômodos? Perguntamos: que considera-
ção merecem os *neutrais*, os amorfos, os bonzos indiferentes, que por este
modo ou facilitam a vitória dos aventureiros de todas as categorias, ou di-
ficultam aos governos conscientes dos seus deveres a repressão imediata da
desordem e o castigo exemplar dos desordeiros? *Neutrais* e *marombistas*,
gente que falta ao que deve, ou que, por estranhas aberrações morais, se
compraz em alimentar as fogueiras revolucionárias, tomando todas as pre-
cauções para não ser envolvida pelas lâbaredas do incendio, é por acaso
digna do respeito, da estima, do agradecimento ou da confiança de alguém?

O momento que passa não se presta a comédias! Pela nossa parte, pelo
menos, não estamos dispostos a transigir com comediantes, qualquer que se-
ja a sua caracterização ou o seu disfarce! Todos os campos têm de ser ex-
tremados, definidos, perfeitamente delimitados. O País acaba de passar por
uma dolorosíssima provação, tão grande e tão intensa, que se não fossem
aqueles que no primeiro momento, leais e decididos, correram a defendê-lo,
ninguém sabe o que nesta altura teria acontecido em Portugal! Diante de
revolucionários de todos os matizes, de todas as facções políticas e de todas
as correntes partidárias; diante de criaturas vindas do conservantismo re-
publicano, do devorismo democratico, do bolchevismo ensanguentado por
todos os crimes e da Legião Vermelha, disposta a todos os atentados, er-
gueu-se uma barreira formidável, composta por quantos, tendo jurado de-
fender a ordem e dar a sua vida pela Patria, não hesitaram um momento
no cumprimento honrado da palavra dada! Outros, que deviam fazer outro
tanto, não deram acôrdo de si, senão para apregoar a sua neutralidade.
Será justo que, depois da batalha, que tantas vidas ceifou e de tantos pre-
juízos materiais foi origem, se meçam todos pela mesma bitola? Uns, sendo
depositários da confiança da Nação corresponderam integralmente a essa
confiança. Outros, estando ligados a quem lhes paga por iguais compromis-
sos, procuraram sofismá-los, remetendo-se a uma expectativa benevola, com
a qual contaram para não ficarem de mal com ninguém e, sobretudo, para
não incorrerem no desagrado do Poder! Será de admitir que a uns e outros
se conceda igual consideração? Estamos a pôr princípios e a procurar es-
tabelecer doutrina. Não vemos pessoas, não vemos classes, não vemos nin-
guém! Vemos a moral ofendida, o que é diferente! E é essa moral que nos
obriga a perguntar se quem recebe salarião para desempenhar determinadas
funções tem o direito de se recusar a cumprir o seu dever, só porque outros
surgem a fazer o contrario daquilo para que os mantêm! Esta anomalia
dos *neutrais* é duma gravidade excepcional. A Republica tem de liquidá-la
de vez, porque quem não fôr pela ordem nos momentos em que a ordem
perigue é, com certeza, pela desordem, muito embora fique de braços cru-
zados, a ver em que as modas param! E o Estado não pode ter desordeiros
ao seu serviço, ainda que disfarçados com o manto duma neutralidade que
bastas vezes se parece com a cobardia!

(Século, 13 de Fevereiro de 1927).

Laços de sangue

Os laços de sangue que unem os componentes do Exercito, por principio
e juramento solidarizados na defesa da mesma triplice causa, que é a da in-
dependência da Nação, a da integridade do territorio e a da observancia da
ordem, devem ter-se agora robustecido como nunca, em face da bela attitude
das instituições militares, sem cujo triunfo não se obstaria a uma irreme-

diável catastrophe. Novamente correu, generoso, esse sangue, não já em luta com o adversario externo, mas com o inimigo do interior, mais para temer do que nenhum outro, porque vive connosco dentro da mesma casa e como fazendo parte da mesma familia. Atentemos neste facto importantissimo e na lição que ele envolve.

Ha cem anos, uma acêsa guerra fratricida dilacerava os portuguezes, trabalhados por fundas dissidencias politicas. O ideal de Patria sobrepunha-se, porém, a todos, fôsse exaltadamente liberal, absolutista ou intermedio o pensamento dominante em qualquer das facções opostas. Mas o que vemos hoje? Com verdadeiro assombro de toda a gente sensata e a manifesta e unanime repulsa do país, que ainda não se desnacionalizou, uma coisa inaudita, pavorosa e inacreditavel se oferece á nossa contemplação: homens que se proclamam liberaes e patriotas, alguns deles ostentando galões e medálhas, e tendo occupado postos, ou continuando a occupa-los, na hierarquia militar e na classe civil, mancomunados com os inimigos irredutiveis da ordem, da disciplina e da Patria, para derrubarem os poderes constituídos! Tal aliança hibrida, que nem a todos causou surpresa, significaria o maior dos desvairamentos, se não pudesse dizer-se que é uma repugnante monstruosidade, fruto de longo e laborioso periodo de gestação....

O que nos reservava este conluio sinistro entre as hordas bolchevistas e os arautos e defensores de um avariado constitucionalismo, que a si proprio se deu uma ingloria morte, é facil prevê-lo. O occorrido em Lisboa, durante os dias angustiosos em que esses singulares aliados se defrontaram com as tropas fieis, representa uma amostra e uma promessa do espectaculo de destruição e de dôr, de que, simultaneamente, seriamos testemunhas e victimas. Dispensam-nos os recentes relatos da imprensa, embora palidos, de recordar o lugubre quadro. Como, em materia de grandeza moral, os apóstolos da redenção humana pela bomba são diferentes daqueles pobres soldados de Luís XIV, que, mortos de fome, evitavam, no entanto, cuidadosamente, marchar sobre uma seara de trigo que estava defronte do seu acampamento!

Os paladinos constitucionais, de braço dado com os facinorosos da Legião Vermelha, que alguns combateram, pela palavra, com o maximo calor, ou saram utilizar-lhes os sanguinarios instintos para a reconquista não das liberdades postergadas, mas das posições perdidas e de todas as correspondentes e pingues vantagens e sinecuras. Apenas se não lembraram, os tresloucados, de que, se os bafejasse a vitoria, ela seria efemera, porque os discipulos da Internacional moscovita se dispunham a abatê-los, antes de mais ninguem, na illusoria esperanza de que, em seguida, lhes era possivel tripudiar sem o menor estorvo. Talvez que a estas horas os peoneiros da constituição, que aceitaram o momentaneo apoio de autenticos bandidos, confessem o seu erro, que foi, afinal, um crime inqualificavel. Como quer que seja, o Exercito, salvando-nos, salvou tambem os paladinos cuja miopia mental, agravada pelos odios politicos, lhes não consentiu vêr e medir toda a extensão das tremendas responsabilidades em que incorriam ao embarcar na tetrica aventura bolchevista, que fatalmente havia de perdê-los e aniquila-los. Oxalá lhes sirva de escarmento!

O Exercito cimentou, mais uma vez, com o proprio sangue, a sua força e o seu prestigio, que serão indestrutíveis, como não podia deixar de ser, enquanto estiver sinceramente unido, absolutamente integrado na sua alta missão e inteiramente superior ao bafo pestilento dos politicantes que cultivam a intriga e a calunia, semeiam a cizania nas fileiras e procuram aliciar, para fins bem diversos dos objectivos que orientam a tropa, todo aquele que enverga uma farda.

Ministrou-nos o Exercito um admiravel exemplo de disciplina, serenidade e perfeita compreensão das suas funções nos dias tragicos e lutosos que acabamos de atravessar. Verifica-se que lhe não faltam chefes e que eles são respeitados e obedecidos. A obediencia e o respeito do soldado ao comandante são das mais apreciadas virtudes militares. Congratulemo-nos, pois, no meio das nossas amarguras e desditas, com a existencia de uma instituição que, sem se arredar jámais das normas que lhe traçaram, e bus

sando dia a dia aperfeiçoar-se no cumprimento delas, pode e ha de concorrer, quer mercê da sua intervenção transitoria no govêrno do país, quer pela sua acção permanente fóra de conjunturas excepcionais como a de hoje, para que a vida portuguesa readquiera a tranquillidade inalteravel e fecunda por que anseia quem, dentro da ordem e sob a égide da lei, intenta trabalhar e produzir. Com efeito, quando o trabalho e a produção, fortalecida a confiança publica mediante uma duradoura paz interna, estiverem assegurados, Portugal erguer-se-há até o nivel dos povos que, como modelos de liberdade, de cultura e de prosperidade, se impõem á consideração e á estima das nações. Ser-nos-há licito, já agora, confiar?

Durante largo tempo, o Exercito, ou uma parte dele, foi o taboleiro de xadrez dos politicos militantes, quando não um mero joguete nas suas mãos, em geral pouco escrupulosas. Cada qual importava-se mediocrementemente com o Exercito, considerado na sua positiva razão de ser, buscando, no entanto captar influencias e dedicações dentro das fileiras para, nos momentos criticos, com elas decidir da fortuna das greis partidarias. Assim lhe iam inoculando a peçonha que o entoxicava... E eram militares, officiais superiores, officiais-generais, alguns dos que coadjuvavam com mais ardor os chefes civis, quando não sucedia o caso de serem eles as figuras marcantes dos Directorios. A tal ponto se burocratizara e apaisanára o Exercito, onde tantos merecimentos e tantas energias se estiolavam, que isto era possivel ainda depois da Grande Guerra e sem embargo do muito que se soffreu e apreendeu lutando em França e na Africa...

O contacto, dentro do Exercito, entre superiores e inferiores, quando cada um se mantém no seu lugar e se guardam as convenientes distancias, é de uma necessidade imperiosa e imprescindivel. Quem se atreve a duvidá-lo? Mas, para que resulte em beneficio da Nação, ha de ser um puro contacto militar e nunca um contacto politico, de mesquinha politica sectoria, sempre desmoralizadora e dissolvente. Dois dos males que têm corroído, entre nós, a força armada são a mutua ignorancia em que, como tropa, viveram superiores e inferiores, chefes e subordinados, e, simultaneamente, a censuravel intimidade em que, como politicos, não poucos se amalgamavam e confundiam. O instante de se pôr termo a esta calamitosa inversão deve ter soado. O Exercito precisava de segregar do seio os politicos proficionais e videirinhos, de acanhados horizontes, o que não impede que os seus membros tenham simpatias e tendencias politicas e até preferencias de escola, desde que entre elas e as bases do sistema politico vigente não haja incompatibilidade. Seja, todavia, como fôr, a politica colectiva do Exercito é só uma: a da Patria, a dos poderes constituídos que a Nação acata, quere e defende. Mais nenhuma. Uma unica bandeira, cobrindo um unico regime, o republicano, a cuja sombra o país pode viver e progredir com independencia e em sossego.

O Exercito de terra e mar é o mais poderoso esteio da ordem, se, como lhe cumpre, e nós de todo o ponto acreditamos, se mantiver ao abrigo do sopro calcinante das ruins paixões politicas. A Patria tem postos nele os seus olhos macerados, certa de que o ressurgimento nacional é da propria ressurreição do Exercito que inicialmente depende. Vigilante e constituindo um bloco invencivel, eis como o país o deseja, convencido de que ele se furtará assim a todas as solicitações directas ou indirectas, proximas ou remotas, para que se afaste da unica vereda que lhe incumbe trilhar: a do dever. A extrema esquerda revolucionaria experimentou-lhe a manopla quando pretendeu lançar a terra portuguesa nas convulsões da anarquia. Em sua consciencia, o Exercito sabe que outra coisa lhe não resta fazer, se amanhã alguém—o que nem como hipotese admitimos—tivesse a veleidade louca de tentar arrastá-lo para uma aventura da chamada extrema direita. Os extremos tocam-se... Não acalentemos sonhos de regresso a um passado que não torna mais. Para que seduzirino-nos com fantasmas que mal se esfumam, quando as formidaveis realidades se amontôam e tanto reclamam a nossa atençaõ e a nossa solicitude?

Não somos militaristas, na acepção pejorativa do termo. Somos convictamente civilistas, entendendo que o Exército é formado por cidadãos cujos sentimentos se consubstanciam com os nossos e cujos interesses são comuns a nós todos, interesses e sentimentos que inspiram e alentam a própria Pátria. O Exército não está sobranceiro á Nação ou á sua margem, mas identificado com ela. Nunca, por isso mesmo, deverá ser uma seita ou uma casta; nunca uma couraça ou um ante-mural dos partidos. Queremo-lo disciplinado e forte, para que o país o seja também. Queremo-lo fóra dos grémios partidários para que nele tenhamos o fio de prumo que não permite ao edificio social que fuja ás leis do equilibrio. Queremos que não só cá dentro o encarem com reconhecimento e affecto, mas que lá fóra não desconheçam a sua isenção, o seu valor e a sua dignidade.

Folgaria a cobiça estrangeira com as nossas dissensões intestinas, se elas, como há cem anos, nos retalhassem, servidas por um Exército de tal sorte fragmentado que o governo apelava para o auxilio militar da velha nação aliada, a fim de restabelecer a ordem. Não escasseiam, antes aumentaram, se é possível, os apetites em torno de nós. Seria desmarcada ingenuidade que o puzessemos em duvida. Como expressão viva da nossa inabalavel fé nos destinos nacionais, contraponhamo-lhes, porém, uma força armada sempre unida, sempre atenta e sempre austera, cujo sangue derramado aperte ainda mais os laços que a estreitam. Esteja álerta, como um só homem, o Exército; trabalhe o Governo, activa e sensatamente, na suspirada obra de restauração económica e financeira de que tanto carecemos, e não haverá quem lhes regateie os aplausos a que façam jus.

O contrario de tudo isto equivaleria ao ignominioso suicidio de um povo. E Portugal, com uma tradição magnifica de séculos, não quere nem há de morrer!

(Seculo, 14 de Fevereiro de 1927).

Os inimigos da liberdade

Os abencerragens do liberalismo—todos nós sabemos onde eles se occultam!—principiam a saturar de receios a atmosfera politica em que vivemos, pretendendo fazer crêr que a Liberdade, a sacrosanta Liberdade, que é o resumo e a substancia de todas as garantias, de todos os direitos e de todos os deveres dos cidadãos, deixou de existir em Portugal. Segundo tais apostolos da alforria colectiva, como eles a entendem, desapareceu da sociedade portugueza tudo o que temos conquistado em dezenas de anos de lutas cruentas e fratricidas, para que a lei succedesse ao arbitrio e o despotismo desse lugar ao governo do povo, exercido em plena independência e em consciencia absoluta. O regime constitucional, que garantia todas as conquistas politicas, desapareceu em 28 de Maio, para dar lugar a uma ditadura rigida, em cujas malhas de ferro serão triturados todos aqueles que não concordarem com semelhante sistema de governar povos! Para além daquela data, já agora inapagavel da Historia, ficou o periodo em que, á sombra benéfica da arvore da Liberdade, o País, este formosossimo País que todos nós adoramos e que poucos sabem honrar e defender, viveu horas duma felicidade indizivel, dum bem-estar enternecedor, duma moralidade que até dava a impressão de que em cada politico habitava uma purissima alma de santo! E de 28 de Maio para cá? O quadro mudou por completo. O Poder caiu nas mãos de tiranos. E a tirania exaustinada passou a ser a inspiradora fecunda de todos os actos governativos. A Liberdade, todas as liberdades constitucionais, já de si bem poucas, ~~vamos com Deus, foram~~ estranguladas. Onde

havia cidadãos passou a haver escravos. Todos os portugueses vestiram a libré dos criados de servir. Todos os cidadãos deste País, esbulhados das suas garantias, passaram a ser lites, que os homens instalados no Terreiro do Paço faziam mover conforme o seu interesse e a sua perversa fantasia! E foi para restabelecer a intangível Liberdade, essa Liberdade que os partidos políticos jamais tinham apunhalado ou ligeiramente arranhado, se quer, que se organizou e desencadeou a revolução que acaba de ser vencida, e cujo símbolo, clamoroso e tranquilizador, foi a bandeira negra que por largo espaço tremulou no mastro de honra do Arsenal da Marinha!

Vejamos! O *Século* tem sido e continuará sendo um pioneiro intemerato, não da Liberdade, porque não existe uma só, mas das liberdades que vivem no coração de todos nós e nos são tão necessárias como o pão que nos serve de alimento. Este jornal tem o seu passado, que é o fiador do seu futuro. Não pode, portanto, defender a ditadura como sistema constante, perpetuo, inalteravel de governo. Faze-lo, o mesmo seria que pretender que se regressasse aos tempos em que a vontade dum homem, que tanto podia ser um genio como um cretino, se sobrepunha á vontade de todos, dispondo dos haveres e das vidas de toda a gente, conforme lhe apetecesse! Não. Nesse erro, que seria simultaneamente um crime contra as mais belas conquistas da intelligencia universal, não caímos nós. Sabemos o que devemos ao progresso e conhecemos as leis que regem a vida dos povos forçando-os a dar, em cada dia que decorre, mais alguns passos em frente. Por isso, só aceitamos as ditaduras como meios transitórios de governo, impostos pelas circunstancias e reclamados pelo interesse nacional, gravemente ofendido por quantos aventureiros, incapazes de ser outra coisa, assentam praça na politica, por ser no campo politico que melhor e mais facilmente podem viver sem o esforço dos miolos ou dos musculos, ainda que os possuam em abundancia... Sempre que a função de governar, das mais graves, das mais complexas e das mais austeras em que um homem pode ser investido, se perverte e se abastarda ao ponto de perder toda a seriedade, toda a grandeza e toda a autoridade que lhe dão vida e prestigio; sempre que os partidos políticos, a que falsa e erradamente se chama constitucionais, visto nenhuma constituição lhe reconhecer existencia legal, se corrompem a ponto de confundirem os seus interesses, os seus erarios e as suas conveniencias com os interesses, os erarios e as conveniencias do Estado; toda a vez que os politicos, esquecendo o que devem á Nação, se esquecem de a fazer progredir, para cuidarem apenas da engorda das clientelas, que os sustentam no Poder, entendemos que só por meios violentos podem ser restabelecidos a moral, a lei, as liberdades e o resto, que a mais estúpida e malvada politica haja arremessado para o tremedal, onde se afogam irremediavelmente todos os povos que não saibam reagir, para voltar á vida!

Perguntamos:—que liberdade, que liberdades vigoravam em Portugal antes do 28 de Maio? Vivía-se, porventura, em pleno regime constitucional? Intervinham, por acaso, todos os cidadãos na administração publica e no Governo do Estado? Eram as garantias individuais, as regalias de todos nós absolutamente asseguradas? Imperavam no Terreiro do Paço e em S. Bento uma probidade sem macula, uma austeridade sem molezas aviltantes, uma inabalavel justiça para com todos os cidadãos? Seriamos todos nós, fôsse qual fôsse a nossa crença politica, iguais perante os codigos que regulam os nossos actos? Que respondam todos os que seguiram de perto o aparecimento e o desenvolvimento constante do pantano politico em que andavamos atascados até ao pescoço! O Poder era pertença exclusiva de um bando que criára raízes por toda a parte, que se apossara de todos os órgãos da vida official da Nação e que, transbordando das repartições publicas, invadira as finanças, a industria e o comércio, para sifilisar implacavelmente toda a actividade nacional. Ter razão não valia de nada a quem precisava de justiça e a impetrava nos termos da lei. O que era preciso era ter amigos na seita demo-

crática, que trazia o País esmagado sob o seu poderio e dele fizera o instrumento solido, penetrante, infalível da sua prosperidade, cada vez maior! O que era o Parlamento para o partido democratico, legião de audaciosos de todos os matizes, antes do 28 de Maio? Uma chancela! Só se votava e aprovava o que o democratismo queria, sem o menor respeito pelas minorias, sem o mais leve vislumbre de consideração pela vontade colectiva, por mais clamorosamente que ela se manifestasse. As épocas parlamentares, como as das más companhias liricas, abriam e fechavam sem sombra de proveito para o País. Consumia-se propositadamente o tempo em ninharias de collegiaes em férias e em bisantinissimas disputas de senhoras vizinhas. E, quando o calor das canículas apertava e era preciso ir lavar as visceras nas aguas ou fazer as vindimas, votavam-se á pressa as mais amplas autorizações, dentro das quais qualquer Governo podia fazer quanto de bom ou de mau lhe aprouvesse! Digam-nos: um regime liberal e constitucional desta categoria era ou não era uma miseravel mistificação? Era ou não era uma repugnantissima falsificação do sistema democratico, que a Constituição republicana consigna no seu primeiro capitulo?

Era, evidentemente! E, sendo-o, o que vale mais:—uma ditadura ás claras, responsavel, corajosa, capaz de fazer nascer neste País uma nova ordem de coisas politicas, ou a ditadura disfarçada mascarada com o Parlamento e com a Constituição, que desde as primeiras Camaras republicanas vinha a ser exercida em Portugal? Por acaso, nos tempos que vão correndo, tem ainda a formula tanto prestigio que possa tomar o lugar das realidades, devidamente comprovadas e assentes? Então, para que a liberdade á maneira democratica e, já agora á maneira dos diversos grupos politicos que entraram na ultima revolução, continue a perdurar, há que sacrificar aos bandos e ás quadrilhas, que em dezasseis anos levaram o País á ruina, todos os esforços que seja possivel efectuar para que esta Patria não desapareça, afogada em lama, do mapa da Europa? Que nos importa a nós que haja ou não haja ditadura, que haja ou não haja Constituição, que se viva ou não dentro das formulas, se no Poder estiverem homens honrados, inteligentes e sabedores, capazes de dar á Nação a moral, a prosperidade e os dias tranquilos de que ella precisa para confiadamente construir o seu futuro? Não somos daqueles a quem as palavras conseguem fazer mudar de rumo! Não pertencemos á vaga infinita dos irresolutos que preferem tudo a bater-se por uma idéa, por um facto ou por uma grande causa, desde que as animem a verdade, a nobreza e a rectidão. Eis porque, entre a mentira constitucional que para aí vivia, e não era, na essencia, senão um despotismo crapuloso, e a ditadura que nos governa, e é uma esperança higienica para toda a gente que não é politica na miseravel acepção do termo, preferimos aos falsos constitucionalistas, que nos iam perdendo, depois de nos terem arruinado, os ditadores, que têm obrigação de purificar o ambiente nacional, preparando com coragem a nossa redenção. Ditadura para sempre? De maneira nenhuma! Mas ditadura para tanto tempo quanto o necessario para se acabar com um passado de vergonhas e se edificar, sobre os destroços duma Constituição esfrangalhada pelos que a inventaram para seu uso, todo um sistema novo, que não nos avilte a nossos proprios olhos, nem nos deprima perante os que não perdem a occasião de rasgar á unhada as nossas carnes doridas por todas as torturas a que de 1910 para cá a brava politicagem da nossa terra as tem trazido sujeitas!

Foi o Exército quem tomou sobre si o encargo de edificar sobre os escombros dos partidos, para quem a liberdade não foi nunca senão o escudo que os protegia dos seus erros, dos seus crimes, das suas prepotencias e dos seus latrocinios, o novo mundo politico português. Pela parte que nos toca, sem estarmos misturados, senão indirectamente, no drama que neste momento se desenrola em Portugal, temos fé e esperamos! Esta desesperada

tentativa dum povo que quere viver não pode falhar! Tem de ir até ao fim, tem de dar os frutos que toda a gente espera! Mal de nós se um Governo militar, destinado não a estrangular as liberdades publicas, mas a restabelecê-las em toda a sua pureza, pudesse ser expulso do Poder, como qualquer outro! Desgraçados de nós todos se esta tentativa de saneamento, por parte da força armada, falisse! Para onde apelar se tal catastrophe se desse? Para as clientelas politicas que têm sido os carrascos da Nação em dezasseis anos de governos desvairados, incompetentes e ridiculos? Mas, se tal se desse, iriamos tombar novamente no charco de onde saímos e a morte civil da gente portuguesa seria um facto irremediavel. Nós, que somos, por feito e por educação, liberais apaixonados, não temos receio algum diante do que se passa! Entendemos que a Liberdade, somatorio de todas as liberdades, está mais segura do que nunca, porque, ao menos, não no-la apresentam de mascara no rosto, para nas suas costas se praticarem todos os despotismos. O que é preciso é que o Exercito saiba mostrar-se capaz de levar a cabo a obra de hygiene que o País lhe reclama. Depois, virá outra vez a Liberdade constitucional, a liberdade democratica, não como a querem os democraticos, mas como ela, na realidade deve ser. E há de ver-se então quem eram os inimigos da liberdade e quem, para a defender, não hesitou em sacrificar tudo, sem excluir a propria vida!

(Seculo, 15 de Fevereiro de 1927).

Perdoar, não!

O sr. padre Joaquim Manso, num artigo que, sob o titulo *Calma!*, publicava ante-ontem no *Diario de Lisboa*, prégava ás gentes de Portugal não só a politica da concordia, que todos reputam indispensavel, mas ainda a doutrina do perdão para todos os que, tendo preparado e desencadeado o ultimo movimento revolucionario, tiveram sob a acção da metralha, durante uns poucos de dias, as cidades de Lisboa e Porto. O sr. padre Joaquim Manso mostrou-se, uma vez mais, apostolo convicto dos grandes principios, que o fundador do cristianismo semeou, para tornar a humanidade melhor e mais perfeita. E tomando a attitude indicada, foi o interprete duma parcela, minima por certo, da opinião publica, tornando-se em arauto, em piedosa trombeteira dos que jámais deixam de aparecer, após um movimento revolucionario, a solicitar compaixão e a impetrar clemencia para aqueles que nele tomaram parte e feriram ás cegas, sem comiserção nem respeito pelas vidas alheias. A corrente magnanima dos que perdoam, a falta de coragem para punir os que periodicamente perturbam a ordem publica, para fins, a maior parte das vezes, inconfessaveis; a timidez morbida que os vencedores têm sempre manifestado para com os vencidos, deixando-os impunes, têm sido as causas evidentes e primaciaes desta série de revoluções politicas em que vivemos ha quinze anos, sempre ameaçados nas nossas vidas e nas nossas fortunas por aqueles que não sabem derimir as suas rixas nem fazer valer as suas doutrinas senão invadindo aos tiros as ruas das nossas grandes cidades, sem se importarem com as mortes que possam produzir nem com as desgraças que da sua loucura possam irromper! Se a coragem em castigar correspondesse á loucura do ataque e ao desvario dos atacantes, as espingardas, as metralhadoras e os canhões teriam tido em Portugal mais descanso e a vida nacional teria decorrido com bem maior placidez!

Mas não! Os empreiteiros de revoluções, animados pela piedade que os tem envolvido logo que se esbate no espaço o estampido do ultimo tiro, têm

reincido sempre. A sua pertinácia em perturbar a vida nacional ainda não deixou de se exacerbar, animada pela mais criminosa das impunidades. A crueldade de que jamais deixaram de dar provas, não poupando ninguém nem respeitando as mais rudimentares regalias dos cidadãos, espingardeando á tôa populações indefesas, levando a morte a muitos lares e manchando de vergonha famílias que fazem da honestidade, da honradez e do pudor outros tantos cultos, têm-se intensificado á medida que a arte revolucionária se aperfeiçoa, pela pratica quasi constante que lhe é consentida! O País não pode viver na incerteza em que o lançam as constantes ameaças de perturbação da ordem publica, em que normalmente se vive. Sem tranquilidade, sem equilibrio, com a ameaça de, quando menos o esperarmos, se perder num dia o que levou anos e vidas a alcançar, não é possível tirar do caos uma nacionalidade que os odios politicos perturbam a ponto de lhe fazerem perder o instinto da propria conservação, arremessando-a para as mais dolorosas aventuras revolucionarias, das quais sai sempre desprestigiada e deprimida. Enquanto se ouve o latir das metralhadoras e os canhões rugem, exterminando ao acaso, não ha alma de patriota nem burguezissima compleição de concidadão ameaçado, que não arremesse contra os causadores da sua efectiva ou provavel desgraça anatemas tremendos. O menos que lhes exige é a cabeça! Esquartejassem-nos, fizessem-nos em postas durante os tiroteios que varrem as praças e as ruas, sem poupar os proprios domicilios, que nem um braço se ergueria a proteger os supliciados! Mas, passada a tormenta, obtida a certeza de que nem as digestões tranquilas nem as ambições desvairadas sofrerão, por algum tempo, precalço de maior, o hino da graça e do perdão enche toda a atmosfera deste País, não havendo quem se atreva a remar contra a maré, para não afrontar as almas sensiveis com um rigor que seria julgado extemporaneo e excessivo. Em face do que se passou ultimamente em Lisboa e Porto, é de admitir que semelhante criterio continue a produzir os seus desgraçados efeitos?

O que ficou da revolução ferocissima que acaba de ser esmagada? Ruínas! Bairros quasi inteiros das duas capitais portuguezas, pouco menos de inabitaveis! Luto e dôr em imensos lares. A viuvez pairando em muitos domicilios, onde a felicidade vivia sem preocupações pelo dia seguinte. Ficou a orfandade e ficaram sem os filhos mães que não tinham outra fortuna nem viam mais ninguém neste mundo! Ficou o sacrificio de alguns a endurecer ainda mais a crueldade de muitos. Ficaram algumas esposas desonradas pelas feras que as surpreenderam nos seus proprios domicilios, e não faltam raparigas, na flôr da vida, chorando o seu pudôr, miseravelmente vilipendiado por bandidos, que no furôr criminoso que os dominava não hesitaram ante a pratica de semelhante monstruosidade! Ficaram centenas de criaturas inutilizadas para a luta pela vida, para o trabalho que cria milagres, para a grande obra de renascimento que esta Pátria exige. Ficaram algumas dezenas de mortos a clamar castigo para os culpados do fim inesperadamente trágico com que o destino os distinguiu! E ficou a excelsa figura desse rapaz de dezesseis anos, alma de martir e de santo que, indifferente ás balas e ás granadas, por entre as rajadas de metralha e o fragor dos combates furibundos, se consagrou a salvar a vida dos mutilados e dos feridos, vindo por fim a morrer vitima da sua abnegação e do seu heroísmo! O quadro é sangrento em demasia para que possa ser esquecido imediatamente. Contornam-no laivos duma ferocidade de que só o homem, desnor-teado pelos instintos ruins que traz dentro de si, é capaz. Desenham-no, a vermelho e fogo, as piores paixões que podem corroer a alma humana. Recortam-no, de encontro á tela luminosa do nosso passado historico, todos os crimes de que são capazes criaturas sem cultura, a quem se meta uma arma na mão, depois de se lhe haverem instalado na alma todas aquelas doutrinas que fazem da vida uma ninharia, e prégam, como o melhor meio de se atingir a felicidade universal, a destruição implacável de tudo o que de organizado ainda existe á superficie do globo em que vivemos! Para os autores de semelhante quadro, é justo que se peça perdão?

Julga' alguém que inventamos? Engano! Ha documentos a definir os objectivos dos revolucionarios. Temos, por exemplo, em nosso poder um manifesto em que se diz ser preciso «que o povo abra os carcerees, restituindo á liberdade milhares de inocentes e de martyres; que meta na ordem a canalha clerical, expulsando-a dos seus covis e quebrando-lhe os melos de acção perniciosos; que se apodere do armamento precioso que, servindo até agora para defesa da burguezia, nas mãos do povo servirá para assegurar as suas legitimas conquistas; que se apodere das fabricas, campos, habitações e oficinas, regulando por si proprio os seus destinos; que *incendeie e destrua* préviamente os edificios publicos, onde se guardam os registos de propriedades e os cadastros policiaes; que assegure, enfim, reunido em volta dos seus sindicatos, *a importante obra de depuração publica*, que garanta o advento dum novo regime anti-autoritario». Este era o programa dum dos elementos que mais activamente entrañam na 'revolução! Tranquilizador, não é verdade? Junte-se-lhe a bandeira negra que tremulou no Arsenal de Marinha e veja-se que epoca de venturas sem conta nos estava reservada, se a revolução vencesse! E' para aqueles que semearam a morte, a desolação, a miséria e o luto na familia portuguesa e para os que prégarão o incendio e o confisco das oficinas, das fabricas e das habitações que se pede graça, benevolencia e perdão? Achamos demais! Não andamos, não andamos nunca iludidos por *quimeras sangrentas*! Eis porque não perdoamos! Temos filhos, a quem queremos legar uma Patria honrada e livre! E-nos vedado, por isso, partilhar as lamurias dos que os não têm! Não sofreremos injustiças no apuramento de responsabilidades a que vai proceder-se. Mas tambem não admitimos, nem por um segundo, que o perdão possa sobrepôr-se ao castigo exemplar que a Nação reclama, para que a sanha revolucionaria acabe de vez. E' esse castigo que o Governo tem de aplicar, com energia e com firmeza. Se o fizer, salva-nos a todos. Se o não fizer, falta ao seu dever porque, abandonando o caminho da implacavel justiça, que purifica todas as culpas, tomaria pelo do perdão, que dá alento a todos os crimes. E o Governo que tal fizesse seria mais criminoso que os criminosos que por aí andaram ás soltas. Entre os dois caminhos, os homens que dispõem do Poder que escolham. O País tambem já escolheu!

(Seculo, 16 de Fevereiro de 1927).

Os boatos

A Historia principia a repetir-se! O Governo, com o Exercito a seu lado, logrou esmagar o mais forte movimento revolucionario a que temos assistido. Salvou a Nação de uma desordem estupenda, que podia levar a tudo, pelas consequencias tragicas que dessa mesma desordem resultariam. Livrou o País da anarquia. Consolidou a independencia nacional, que seria a primeira vitima do exito da revolução bolchevista, se ela triunfasse! Mais um passo, e a grande vergonha consumir-se-hia! Sobre os revolucionarios e os desordeiros, sobre os legionarios de todas as côres, baralhados com gente de todos os partidos, alcançou o Governo, alcançou a Nação, alcançaram todos os que não acreditam no paraizo bolchevista, uma vitoria retumbante. Sobre a politica sinistra, de encruzilhada e de morte, de desprestigio e de traição, de prepotencias praticadas á sombra da lei, de tiranias disfarçadas sob um formalismo hipocrita, desabou o castigo que os grandes crimes colectivos reclamam. Correu o sangue para que a mentira constitucional desaparecesse. Morreram culpados e morreram inocentes. A morte pairou sobre Lisboa e

Porto durante longos e tormentosos dias. E a arremetida das feras foi dominada! Tiveram de recolher aos covis aqueles que não se encontram na cadeia. O comunismo foi derrotado. O pavilhão negro não pôde manter-se no Arsenal da Marinha. Desta feita, ainda o País não caiu sob o imperio dos *soviets* de marujos e camponeses, cujo programa, de que publicámos já uma amostra, ainda desta vez ficou por executar!

O comunismo não venceu. Nem foram incendiados os edificios publicos nem o direito de propriedade foi abolido! Quem venceu, então? A corrente oposta. A grande massa conservadora. E' incontestavel! Mas onde está ela? O que é feito daqueles que, mercê do esforço do Exercito, podem continuar no tranquillo usufruto de suas vidas e bens? Andam por aí, arrependidos e contritos! Parece que pesa sobre eles um grande remorso — o de não terem sido vencidos! Dir-se-hia que os acabrunha a responsabilidade que a vitoria lhes trouxe! Os vencidos, pelo contrario, são a arrogancia em pessoa. Afrontam-nos sem reboço, ameaçam-nos sem disfarce com os olhares prometedores de vinganças sanguinarias, que nos lançam! Ha neles a certeza de que hão de vencer um dia. E então, aí dos que lhes interromperam as digestões! Desgraçados de quantos ousaram quebrar-lhes, com as armas de que dispunham, a harmonia com que, entre eles, repartiam tudo o que era da Nação, tudo o que era nosso, tudo o que pertencia a todos os portugueses! As espingardas roubadas ao Estado, com que se bateram, não chegaram para os fazer regressar ás rendosas situações perdidas. As bombas, adquiridas com dinheiro cuja origem tem de descobrir-se, foram impotentes para reabastecer o grande banquete constitucional. Mas ha outras armas, cujos efeitos têm sido sempre proficuos. Ha o boato, ha a balela, ha a calunia, ha a ameaça e ha a mentira! Manejando-se tudo isso com habilidade, a vitoria anti-democratica e anti-politica, a grande vitoria anti-partidarista, á custa de tanto sangue inocente alcançada, pulverisar-se-ha! Haja imaginações capazes de inventar boatos, porque gente tímorata que os acredite não falta. Para o efeito, todas as almas responsaveis de Portugal são «brandas como a neve»! Não ha torpeza falada que não se lhes grave, em traços profundos e sulcos indeleveis. E a gangrena moral dos que, por interesse proprio, deviam resistir ao veneno que lhes instilam no espirito e na consciencia, desagrega todas as coragens, corrompe todas as energias, faz de cada homem valido um poltrão!

A situação actual, a poucos dias da vitoria, é esta: — dum lado, altiva e ameaçadora, a matilha que range os dentes, pronta a devorar os vencedores na primeira ocasião. Do outro lado, a grande maioria da população, tremendo de medo, acreditando em tudo, dando ouvidos a todos os boatos, transmitindo-os, tranzida de pavor, colaborando inconscientemente com os seus inimigos, dando-lhes preciosos alentos, criando a atmosfera em que ha de estoirar a grande vingança de que já por aí se fala! E nós, que não compreendemos semelhante abastardamento dum povo incapaz de reagir perante as arremetidas das feras que o ameaçam, espumando raivas perguntamos: — ha, porventura, o direito de se ser tão timorato? Quem assim abdica do seu pensamento, por fraco que seja; quem por tal forma se acocora diante de imaginarios perigos ajudando-os, com a sua pusilanimidade, a aproximar-se da realidade, merece que o defendam, que o amparem, que o não deixem ao abandono quando os seus inimigos se erguem de armas na mão e vêem para a rua semear o terror, para poderem saciar os seus tigrinos instintos? Os boatos insensatos, as atoardas sem consistencia, as vagas narrativas de factos inventados por imaginações preversissimas são o pesadelo constante daqueles que, sentindo-se ameaçados, esperam que os outros os defendam, sem que para essa defesa contribuam com a mais insignificante parcela do seu esforço! Mas, então, onde está a altanaria, onde pára a hombridade, onde se aninham todas as qualidades e todas as virtudes que distinguem o bom cidadão daquele que o não é? Por acaso

os politicos desacreditados, que nos conduziram á pobreza e a barbarie, aquele que faz côro com os vencidos, com os escorraçados do Poder, com merece o respeito ou a confiança dos que não transigem com a desordem, dos que não pactuam com os corruptos, de todos aqueles que, tendo deliberrado combater todas as quadrilhas e todos os quadrilheiros, todas as aventuras e todos os aventureiros, não arredam pé do reduto onde se entrincheiraram, para bem servir a Nação?

Há que extremar campos! Há que depurar o ambiente politico e o ambiente social em que se vive! Em Portugal perdera-se o hábito de falar! Cochichava-se apenas! Pois bem, recuperemos o uso da fala! Façamos, por exemplo, o processo dos medrosos! O que muitos deles têm feito é uma vergonha e uma desonra! Têm pactuado com tudo. Com os politicos corruptos, para não vêrem naufragar as suas tranquiernas industriais, comerciais e financeiras, com os facinoras da «Legião Vermelha» e os apostolos desvairados do bolchevismo, para terem, quando as revoluções irrompem, assegurada a sua defesa pessoal e vêrem protegidas as suas residencias! Que nome merecem os que, em troca de hipotéticos serviços de guarda-costas a soldo avantajado, assim concorrem para que a legião dos sicários aumente sempre, a ponto de se tornar num perigo social tremendo? São esses ornamentos da burguesia endinheirada, que gritam contra o bolchevismo, merecedores de que os soldados da ordem dêem a vida por eles, quando a ocultas, por medo e por cobardia, alimentam a seita que os ameaça enchendo de dinheiro os bolsos dos miseraveis que contrataram para o seu serviço? Diz-se que se trata de averiguar quem pagou a revolução. E' indispensavel que isso se faça. Mas não o é menos que se indague tambem quem tem tido ao seu serviço criaturas que de ha muito vivem fóra da lei e que, não tendo modo de vida conhecido, gastam mais do que aqueles que trabalham sem descanso, sem que vejam coalhar-se-lhes um chavo nas algibeiras. Organize-se a lista dos patrões e dos guarda-costas profissionais. Saiba-se a quanto montava cada *pensão* tranquilizadora. E o castigo exemplar para quem assim tem alimentado a vadiagem revolucionaria deve ser este:—forçar os *beneméritos* que compravam a tranquilidade com o recheio das *burras* abundantemente fornecidas a contribuir com *pensões* em duplicado para as victimas da ultima tentativa revolucionario-comunista, de que o Exercito, batendo-se com denodo, nos livrou!

Haja vergonha e brio! Então, num dado momento, aparecem-nos nas ruas, armados até aos dentes, bandos enfurecidos dispostos, não a derrubar a ditadura e a restabelecer a Constituição, mas a entregar a cidade ao assalto e ao saque e a arvorar o assassinio e o massacre em meio facil de liquidar classes inteiras, e são essas mesmas classes, salvas por milagre, que nos aparecem agora como principais colaboradoras dos desordeiros, dando ouvidos aos boatos que eles semeiam e ajudando-os a formar o ambiente para a desforra, que nas alfurjas já deve estar em fermentação? Como se compreende isso? A timidez pode levar muito longe. Mas será a sua força tamanha que conduza á obliteração completa do instinto da propria conservação? A cobardia pode ser invencivel. Mas infiltrará tanta poltronaria nos que têm que perder, que não lhes deixe replicar aos que perguntam o *que ha* com uma gargalhada que mate á nasçença todos os boatos que constituem geralmente, o sequito tenebroso dessa insidiosa interrogação? Toda essa gente que por aí anda, tranzida de susto, não teve ainda a vida directamente em perigo! Pois bem! Assiste-se constantemente a este fenómeno desesperador: são os ameaçados, são os que não têm sombra de duvidas sobre o que lhes acontecerá no dia em que a demagogia vencer, que têm de incutir coragem aos outros, ensinando-os a resistir, forçando-os a portar-se como ho-

mens perante o inimigo que vagamente sabe da sua existencia! Ergamos hossanas a este absurdo inconcebivel! *O que há?* Há cobardia e medo, a impedir que o maior numero imponha a sua vontade á minoria, que não nos deixa levar vida próspera e tranqüila. Tudo o mais são boatos!

(Seculo, 17 de Fevereiro de 1927).

O bando...

A rebelião que ensanguentou Lisboa e Porto vinha a ser preparada de há muito. Por quem? Só pelos políticos, desalojados do Poder pelo Exército triunfante? Só por aqueles que, no momento proprio, apareceram, de armas na mão, a bater-se contra o Governo que preside aos destinos do País? Não! O movimento revolucionario, que a pertinacia dos revoltosos obrigou a afogar em sangue, teve colaboradores em todas as classes que compõem a sociedade portugueza! Os politicos fomentaram-no para readquirirem as rendosas situações perdidas. Os bolchevistas, armados de bombas de trinta quilos, auxiliaram-no entusiasmados, para *garantirem o advento dum novo regime anti-autoritario*, e os aventureiros, que não sabem viver senão suspensos do ubere fecundo do Estado, financiaram-no para poderem continuar a locupletar-se, eles que são algumas duzias apenas, com o que é de todos os portuguezes! Fômos profetas na nossa terra! Pressentimos a grandeza da tragedia que se armava na sombra quando, em 10 de Novembro do anno findo, diziamos neste mesmo lugar que, ao lado dos homens honrados, capazes de viverem do seu esforço honesto, *havia um nucleo de bandoleiros sem Pátria, sem lei, sem escrupulos, sem nada, cujo unico objectivo consistia na realização de negocios colossais, muito embora para os levar a efeito tivessem de sacrificar tudo, sem excluir a propria independencia nacional!* Com esta afirmação, puzemos o dedo na chaga! O bando sentiu-se atingido em pleno peito. Via as suas manobras descobertas e postas a córar, á luz do dia. E protestou! E reagiu! E pretendeu, desvairado e fúlo, lapidar-nos! Como?

Recordemos. Publicadas aquelas palavras reveladoras, desencadeou-se contra o Século uma offensiva implacavel. Onde estava o quartel general? Na Associação Industrial Portuguesa! Quem eram os generais, dirigentes do ataque? Os directores dessa colectividade, entre os quais figurava, como marechal de bilis, amarelo e iterico, brandindo o seu bastão eivado de calunias, esse industrial sem industria, esse industrial de varias industrias, que dá pelo nome de dr. Levy Marques da Costa! As gazetas amigas fizeram tanger os sinos grandes dos grandes acontecimentos sensacionais! Era preciso que o *Século* indicasse quem compunha o bando que, para satisfazer os seus interesses, não hesitaria em nos entregar ao estrangeiro! Era indispensavel dizer tudo, sem excluir os nomes dos bandoleiros! E o alarido amesquinizador de quem tivera a coragem, num país de podengos, de falar alto e claro, fez-se ouvir dias e dias, alimentado por odios denegridos, por sofregas ambições recosidas, por invejas como raras vezes se vêem irromper de toraxes onde batem, em vez de almas, portas de cofres fortes, por toda a escumalha bem trajada, que julgou poder trucidar-nos moralmente, pelo menos, sem uma sombra, sem um laivo, leve sequer, de reacção! A vasa foi subindo sempre! Algumas vezes tivemos de arregaçar as calças para passar. Mas um dia chegou em que a luta teve de sair das encruzilhadas para o campo aberto, onde se travam todas as batalhas decisivas. E

reuniões da celebre assembléa geral da Associação Comercial, onde a vida do *Século* foi assoalhada e mastigada pelos sargentos e pelos marechais executores e orientadores da ofensiva, secundados por uma aluvião de lugares-tenentes, ensaiados a preceito, começaram e prosseguiram, até se chegar á liquidação dos *guerreiros*, que julgavam ter o Capitolio na mão, quando, afinal, em cada hora que decorria, mais e mais se aproximavam da Rocha Tarpeia, de onde se despenharam por fim!

A que ramos da actividade nacional pertenciam os comandantes da manobra em que o *Século* devia ser cruxificado? Ao dos aguadeiros e dos moageiros! Ao dos padeiros e dos açucareiros! Ao dos trapeiros que não conhecem limites para as suas ambições e aos de todos os espoliadores, que levam ao povo a propria pele, para amassarem, com o sangue e com o suor das classes trabalhadoras, fortunas colossais! *Aquilo*, lá em baixo, no Palacio do Comercio, liquidou a espadanar ridiculo sobre os promotores da nojenta farça. Mas as nossas suspeitas avigoraram-se. Por detraz da comédia, urdida com gana, palpitava a tragedia! Preparara-se contra nós uma ofensiva traiçoeira, sem grandeza nem intelligencia. Tivera-se, porém, em vista mais alguma coisa! O quê? Aniquilar este jornal, que estava sendo o porta-voz de todos os que em Portugal traziam na boca uma queixa e no coração uma grande ancia de justiça. Primeiro que tudo, urgia trancar-nos a porta. A voz que clamava contra a immoralidade publica, contra os algozes de um povo de esfarrapados e de famintos, contra os delapidadores do Estado e contra os miseraveis corruptores de consciencias tinha de ser extinta! Era indispensavel suprimi-la ou fazê-la mudar de tom. No primeiro caso, tudo acabava. No segundo o *Século* voltaria á posse dos seus donos anteriores e o sr. Levy Marques da Costa seria, como pessoa das mais fortes em variadas industrias, o seu excelso director! A Moagem, as aguas, os açucares e os trapos ficariam sós em campo, de braços livres, com os movimentos desembaraçados, armados até aos dentes, para impõem, aos de baixo e aos de cima, a sua vontade!

O *Século* e o *Noticias* voltariam a ser o filhos gêmeos da Moagem. E assim se consumaria o primeiro capitulo do plano! Os generais da direcção da Associação Industrial cantariam, a plenos pulmões, a sua vitoria retumbante. O País estava inerte, amorfo, indifferente. Podiam cavalgá-lo á vontade, esporeá-lo, meter-lhe os mais acerados aciaes pelas ilhargas dentro. O pobrezinho não reagiria! E o Governo, que não era de politicos, que não tinha ligações com as camarilhas? Eles bem sabiam o que se preparava. *Sabiam-no e sentiam-no!* A uma vitoria, havia de succeder-se outra! A conquista do *Seculo* seguir-se-hia a do Terreiro do Paço. A Moagem regressaria ao seu antigo reduto da antiga rua Formosa. Por sua vez, os partidos, os politicos amigos, que por aí andavam de braço dado com moageiros presentemente foragidos, voltariam aos gabinetes ministeriais, para restaurarem o regabofe extinto. Estava tudo de acôrdo. A partilha realizar-se-hia em familia! Mas, se o homem põe, Deus dispõe! Os melhores calculos falham. As mais solidas combinações desabam como inconsistentes castelos de cartas. A batalha da Associação Comercial foi o primeiro episodio da revolução, que já a esse tempo estava em plena urdidura. O bando a que o *Seculo* se referira existia! Viu-se agora! Foi derrotado na sua primeira investida! Evidentemente! Mas a lição não lhe aproveitou. Foi improficua. E porquê? Simplesmente por serem de tal raça os interesses que figuravam na sua bandeira que, ou os fazia vingar *por qualquer meio*, ou estava perdido!

Não fazemos obra pelo que por aí se diz! Não temos nas mãos provas evidentes que nós digam com precisão de onde vieram os fundos com que

se custeou o ultimo movimento revolucionario. Mas ha os factos! Ha moageiros que desapareceram. Ha outros presos. E ha a voz publica, que é clamorosa e quasi sempre verdadeira! Ha ainda mais a attitude velha, traiçoeira, fotografica e definitiva do orgão da Portugal e Colonias, do já agora desonrado *Diario de Noticias*. Tudo isso conduz a estranhas conclusões. Acossada pelo Poder, que ameaçara não lhe consentir nem mais abusos, nem mais latrocinios, a Moagem viu-se perdida! Primeiro, ergueu-se furiosa contra o *Seculo*, que tivera a coragem de a acusar e aos da sua igualha, de ser capaz de tudo para fazer vingar os seus inconfessaveis interesses. Ao mesmo tempo, na sombra, urdia tramoias de toda a ordem. Estala o movimento do Porto. O seu porta-voz coloca-se abertamente ao lado dos revolucionarios! Surge o movimento de Lisboa. Pior ainda! Joga a cartada definitiva. Faz sair das suas rotativas dois supplementos, que ficarão sendo os dois pelourinhos da sua eterna degradação! O ponderado *Noticias* emparelhou com a comunista *Batalha*! Andava ou não andava tudo misturado? Andava ou não andava tudo confundido? O bando da moagem, reforçado pelas aguas, pelos açucares e pelos trapos, colaborou ou não colaborou no ataque á independencia nacional, que, no fundo, foi a ultima revolução? Tinhamos ou não tinhamos a verdade do nosso lado, quando em 10 de Novembro ultimo denunciámos a existencia de bandoleiros, capazes de tudo e até de comprometterem a nossa independencia? Foi ou não foi a batalha da Associação Commercial a primeira fase da revolução moageiro-politico-comunista, de que ha dias se saíu? Os factos aí estão a falar alto e claro. A sua voz é bastante clamorosa para que precise de amplificadores. O País que a ouça e a interprete. Desde que o faça com boas intenções, parece-nos que ficará suficientemente esclarecido!

(*Seculo*, 18 de Fevereiro de 1927).

O magno problema

Não se vive em Portugal a vida intensa dos países que trabalham incessantemente pela sua prosperidade. Os portugueses vegetam. Isolaram-se numa apatia confrangedora que lhes amolece todas as energias e os torna incapazes de lançar as suas vistas ansiosas para além da hora presente. Demonstram-nos esta verdade dilacerante todas as ramificações da actividade nacional, corrompidas umas, desviadas dos seus fins sociais outras, amortecidas e desorganizadas quasi todas! O que é feito da nossa industria, que devia já hoje ter atingido a sua florescente maioridade? Perde-se em becos sem saída, gemendo em volta dum proteccionismo exagerado, que ha de sufocá-la. O commercio atravessa um periodo letargico, cuja reflexão na economia publica é decisiva. A agricultura é ainda, na sua quasi totalidade, o que foi nos tempos primitivos. A terra portuguesa, abandonada ou mal aproveitada, não consegue abastecer o povo que a habita. A pesca, fonte de riqueza assombrosa, que durante os anos da guerra drenou para o País a maior parte do ouro com que pagámos ao estrangeiro o que tivemos de lhe comprar, está em ruina. A nossa exportação reduziu-se a um minimo ridiculo e confrangedor. E tudo isto porquê? Onde ir procurar as causas da pobreza que nos afflige, da impotencia de que todos os dias damos as mais iniludiveis provas, fazendo crêr ao estrangeiro que os acontecimentos são superiores a nós mesmos e que as nossas faculdades criadoras se esgotam na preparação de movimentos revolucionarios, que enchem o mundo de assombro, pela ferocidade com que nos trucidamos uns aos outros?

O mal vem de longe. A verdade é que nunca cuidámos de nos aproximar da civilização. A monarquia, perdida em rivalidades políticas de partidos e de caciques, fez apenas o indispensável, para não ficarmos para sempre mergulhados na mais negra das barbaries. O seu desprezo pelos progressos da Nação, pela instrução e educação do povo, por tudo o que podia transformar em europeia esta tribo de beduínos, matou-a. Todos nós vimos com infinita alegria o advento do novo regime. Era uma aleluia que irrompia, gloriosa e cheia de promessas. O Passado, que não soubera cumprir a sua missão, ia ceder lugar ao Futuro, cuja boceta imensa, cheia de promessas, se desentranharia em felicidades de toda a ordem! Não contámos com os homens. Esquecemo-nos de reparar naqueles que iam tomar da Nação o encargo de a dotar com o que ela não tinha e lhe era absolutamente indispensável. E os homens da Republica, não se mostrando superiores aos da monarquia, embrenharam-se nos erros que tinham condemnado nos outros, praticaram os mesmos abusos, deixaram-se desvairar por ambições ainda mais insofridas, não souberam resistir a paixões ainda mais calcinantes. As novas instituições, nascidas entre hinos e bençãos, acalentadas por todo um povo que queria ser alguém e ocupar o seu lugar na vanguarda dos povos civilizados, não tiveram quem as consolidasse, dando-lhes como alicerces inabaláveis a ordem e a disciplina. Se a monarquia fôra o esbanjamento e a corrupção, a Republica foi, quasi desde o seu advento, a desordem e a perturbação. Daí, este encadeado de movimentos revolucionarios em que temos vivido. Os governos, sempre com o fantasma da rebelião diante dos olhos, vivem desnorteados, alheios ás grandes aspirações e ás imperiosas necessidades do País. Em vez de governar, são governados. Em vez de dirigir, são dirigidos. E as situações politicas nascem e morrem, ficando tudo na mesma!

Dir-se-ha que o pavor de meter ombros á grande obra de reconstrução nacional, sem a qual não podemos passar, paralisa todas as boas-vontades directivas da nossa terra. As nossas estradas desapareceram. Transformaram-se em séries ininterruptas de barrancos. São uma vergonha, que nos coloca abaixo de certas regiões da Africa. «São estradas para aeroplanos!» — como dizia um inglês que, o ano passado, entrando em Portugal pela fronteira de Chaves, retrocedeu desolado e indignado, depois de verificar que o seu automovel não tinha azas para transpôr os precipícios que se lhe rasgavam na frente! Pois bem: — ainda não foi possível realizar o esforço colossal de que resultaria a reconstrução rapida e solida da nossa viação macdamizada! Mas tem-no-lo sido levar a bom termo o das revoluções constantes, com as quais se tem gasto bem mais do que o que seria preciso para possuímos as melhores estradas da Europa! Quando se repara neste absurdo e neste crime, quando se vê consumir assim, contra a Nação, aquilo que devia ser aplicado em seu beneficio, a revolta que cahôa dentro do peito de todos os bons cidadãos, europeus desterrados neste serião, homens lucidos metidos neste manicómio, é irreprimível! Os causadores da nossa desgraça e do nosso atrazo, da nossa miséria, que é o conjunto de todas as miserias, não podem deixar de nos apparecer como carascos ensanguentados dum povo, cujo unico delito consiste em os ter deixado ás soltas, para ser periodicamente vitima dos seus odios, das suas loucuras, da sua preguiça, da sua inadaptação a tudo o que represente trabalho proficuo ou actividade consciente. A legião dos revolucionarios profissionais é, entretanto, conhecida. São sempre os mesmos a praticar os mesmos actos contra a ordem estabelecida. Os seus nomes andam por aí de boca em boca. Pertencem a criaturas que não são capazes de viver senão ao abrigo do Poder! São propriedade de politicos que os partidos mantiveram sempre como escoras principais do seu predomínio e do seu poderio. Porque não se adoptam contra eles as medidas necessarias para os isolar desta sociedade que eles perturbam, arremessando-a, sempre que

as suas situações de privilégio perigam, para a carnificina, para as convulsões sangrentas, para o assassinio premeditado e, como recurso extremo, para o atentado pessoal? Simplesmente por o principio da autoridade sofrer, ha dezenas de anos, em Portugal, duma anemia profunda, que a multos tem parecido incuravel. Apenas porque, ante a desordem desgrenhada, jamais surgiu a ordem, composta e circumspecta. Pode isto continuar?!

Sem ordem, solidamente estabelecida; sem que a disciplina mantenha nos seus lugares todas as classes sociais, é escusado pensar em fazer renascer a confiança. E sem confiança no Poder, sem a certeza de que se pode trabalhar, fomentar riqueza, empregar capitais em obras produtivas, sem que o bolchevismo tumultuario ameace constantemente quem trabalha e quem tem dinheiro, não ha progresso possível! Eis porque, entre todos os problemas que impendem neste instante sobre Portugal, um ha que se impõe a todos os outros:—o da ordem. Enquanto ele não fôr resolvido, continuaremos, como os cegos atravez das multidões, em busca de um rumo que não encontraremos nunca! Ponhamos os olhos no que vem a passar-se noutros países, onde a desordem deteve por largos anos todos os impetus do progresso, abastardando tudo, baralhando tudo, semeando por toda a parte o receio, o medo e a confusão. Um dia, esses países distenderam os musculos, reduziram a cinzas as fórmulas constitucionais, focos de toda a corrupção; arejaram o Poder, fecharam os ouvidos ás lamurias partidarias, montaram sem contemplações todos os órgãos repressivos que a segurança social exigia. E os resultados não se fizeram esperar! O mundo inteiro principiou a olhá-los com simpatia. O capital, que não tem patria, instalando-se onde mais garantias encontra, invadiu-os. E hoje, na Espanha, por exemplo, sempre que o governo recorre a empréstimos, encontra entre os seus principais subscritores portugueses! E' que na Espanha existe ordem e ha confiança. Ao passo que em Portugal, ordem e confiança são palavras sem sentido, ou quando muito ardentes aspirações, que jamais se vêem realizadas. E porquê? Porque governos fortes, austeros, implacaveis no castigo dos desordeiros, intransigentes na applicação das leis, não têm abundado entre nós. Daí, a timidez com que a nossa actividade se exerce, por falta de recursos que a tonifiquem e a obriguem a produzir obras que sobrevivam áqueles que as iniciem...

A nossa existencia é a dos povos sem confiança e sem fé. Vivemos deserraizados na nossa propria terra. Temos mais de tribu errante do que de povo solidamente ligado ao solo em que habita. Contentamo-nos com *um dia a dia* mesquinho e miseravel, sendo raros aqueles que ousam construir para amanhã, lançar os seus olhos para o futuro! A camisa de forças da desordem, que a monarquia nos talhou e a Republica nos vestiu, condenou-nos a um estiolamento de difficil remedio, contra o qual urge reagir. Onde presentemente ha abatimento, desespero, falta de crença e ausencia de iniciativa, é indispensavel que surjam a coragem, a esperança, a confiança e a fé! Esta é a grande tarefa a realizar. Sem ela, as revoluções succeder-se-hão, por não encontrarem a contrariá-las a ordem, que impossibilite os tragicos designios aventureiros, nem a confiança, que expulse do seio da sociedade portuguesa todos os bandoleiros que juraram não nos deixar viver tranquilos, desde que não lhes permitamos que devorem em soco o produto do esforço continuo de seis milhões de individuos, condenados a manterem gordos, fartos e resplandecentes, quando muito, mil! Se, para se solucionar de vez o magno problema da ordem, dando-se ao trabalho nacional o ambiente de confiança que ele exige para se desenvolver, fôr preciso eliminar transitoriamente as fórmulas constitucionais; se para que haja tranquillidade fôr indispensavel abolir por algum tempo o Parlamento, cuja accção o País sabe quanto lhe custou, não se hesite um momento! Acima de todas as fórmulas e de todas as mentiras constitucionais

está a Nação! E essa quer ordem para progredir, quer confiança para ser civilizada e rica! Neste momento, todos nós vivemos sob a acção duma grande esperança! Iludi-la seria, por certo, tornar impossivel a nossa ressurreição!

(Século, 19 de Fevereiro de 1927).

Tragico sofisma!

Assinada por 35 officiaes revolucionarios, presos na Casa de Reclusão do Porto, cujos nomes não publicamos por serem, a maior parte deles, indecifráveis, recebemos a carta que a seguir inserimos:

...Sr. João Pereira da Rosa: — *Em nome da justiça e do sagrado direito de defesa que assiste a todos os acusados, esperamos da correcção de v. a publicação, no Século e no mesmo lugar em que foi publicado o artigo de 16 do corrente «Perdoar, não!», da declaração seguinte: — os officiaes revolucionarios, actualmente na Casa de Reclusão do Porto, profundamente indignados com o artigo do Século de 16 do corrente — «Perdoar, não!» — assumindo a inteira responsabilidade da sua acção no movimento revolucionario constitucional, declaram que não pedem nem aceitam perdão algum, visto não se julgarem autores nem cúmplices de qualquer crime, pois que apenas cumpriram os seus juramentos de fidelidade á Constituição, e repelem a solidariedade, que pretendem attribuir-lhes, com partidos politicos da direita ou da esquerda, e muito principalmente com elementos revolucionarios extremistas e com os autores dos crimes comuns praticados na capital, que enodoaram o idealismo republicano revolucionario, procurando manchar aos olhos do estrangeiro a Patria, pela qual a maioria dos signatarios se bateu na Flandres e na Africa.*

Nunca se apela em vão para o Século, quando se trata de exercer «o sagrado direito de defeza», que os signatarios da carta transcrita solenemente invocam. Mas ao lado desse direito ha outro, do qual tambem não abdicamos nunca. E' o direito de resposta. Vamos, por isso, usar dele com a independencia, a nobreza, a altivez e a plena consciencia dos nossos actos, que em geral constituem a essencia e a força animadora de tudo quanto aqui se escreve. Temos da verdade uma noção que reputamos purissima. Que ela nos inspire uma vez mais para, desta feita ainda, podermos prestar justiça, integra e imperturbavel justiça, a todos os que, dirigindo-se-nos da prisão, a reclamam!...

Vamos por partes. Os officiaes signatarios da carta que acabamos de transcrever não pedem perdão nem o aceitam, porque não se julgam criminosos. Revoltando-se, pegando em armas, arrastando para a morte e para a desordem armada os seus subordinados, esses officiaes não praticaram crime que mereça castigo. Lançando o terror numa cidade inteira, cujos habitantes nada tinham com as paixões, com os odios, com os desvarios politicos que os cegavam, os revolucionarios da Casa de Reclusão do Porto acham que apenas cumpriram o seu dever! Tinham jurado ser fieis á Constituição. Foi esse juramento que todos quizeram tornar efectivo, não duvidando, para isso, transformar as ruas da capital do Norte em campo de batalha nem expôr a população civil aos horrores que as balas das metra-

lhacoras e as granadas explosivas semeiam, quando sibilam em rajadas sobre as povoações, que tem por alvo. Isto, que é tremendo, representa para os officiaes que nos escrevem um acto que não roça, sequer, pelas fronteiras do crime, por ter sido inspirado pelo seu dever de *constitucionalistas* intransigentes, que não podem vêr suspenso, transitoriamente que seja, o estatuto fundamental da Republica! Mas então a quem pertencem as culpas sem perdão das mortes que a ultima revolução causou? Quem deve ser chamado a prestar contas, estritas e rigorosas contas, pelas vidas de quantos, homens, mulheres e crianças, cairam ceifados pelas balas e pela metralha dos revolucionarios? Quem? Os civis? Os cidadãos pacificos, que se afastam da politica de encruzilhada da nossa terra como quem se afasta dum monturo? A quem responsabilizar pelos estragos materiais provenientes da revolução? Aos paisanos? Mas a sua paixão politica é tanta, que nem sequer, quando a isso são chamados, os vêmos exercer o direito de voto! Será, porventura, virtude, excelsa ou acto de inegualavel benemerencia metralha-los; destruir-lhes os lares, mutila-los, feri-los, lança-los na orfandade e na viuvez, só porque a Constituição, capa de todos os abusos do Poder, foi abolida até que se reparem os males que á sua sombra proliferaram?

Deixemo-nos de mentiras! A ultima revolução não teve a anima-la idealismos de nenhuma especie. Foi fomentada pelos interesses feridos. Foi desencadeada por todos os despeitados, por todos os *desalojados*, pela vaga dos mediocres que fizeram da politica modo de vida exclusivo e rendoso. Não foi obra de patriotas. Foi uma conjura de ambiciosos e de desvairados. O amor da Patria, a fidelidade aos juramentos, o respeito pela lei entraram nela apenas como cartazes. No fundo, alimentava-a a certeza de que, ou a corrupção anterior a 28 de Maio se restabelecia e as seitas partidarias continuavam com a existencia assegurada, ou ia por diante a obra higienica de depuração, apenas em esboço, e não haveria partido, não haveria patrulha, não haveria grupo, camarilha, alfurja ou quadrilha politica que conseguisse aguentar-se! O Poder é o grande fabricante de partidos. O Estado é o incansavel mantenedor de quantos patriotas querem salva-lo. Ora o Poder, com todas as suas generosidades, volatizara-se para aqueles que julgavam possuí-lo para sempre. Daí a aventura revolucionaria de que vimos de sair. O espirito que a animou é o que tem animado todas as outras, que os partidos politicos têm promovido. O Poder é, para eles, um feudo. Para o conquistar, quando outros, que tambem são portugueses, o detêm, todas as armas são boas — desde as armas e as munições de guerra, que o Estado adquire e paga para defender a Patria dos inimigos externos, até á bomba explosiva manejada a tempo pelo comunismo destruidor! Idealismos revolucionarios? Onde estão eles? Faça-se um inquerito rigoroso ás afinidades e filiações partidarias das figuras agaloadas da revolução. Averigue-se se tinham ou não contactos com os politicos expulsos de S. Bento. E depois ajuize-se do ideal que se invoca neste instante, como se revolucionarios e os que o não são vivessem em paises diferentes e pudessem enganar-se uns aos outros, sem riscos de maior.

A ultima revolução foi uma revolução politica, por mais que se pretenda tirar-lhe essa caracteristica. Veja-se o que Afonso Costa, do seu fojo de Paris, tem dito aos jornais avançados da França. Todos lhe chamam o chefe do movimento que liquidou encharcado em sangue! Ele mesmo tem indicado os seus cumplices. Gente pacifica? Homens de trabalho? Criaturas de solida situação nos varios ramos da actividade nacional? Não! Politicos, todos eles e dos mais preponderantes. Antigos ministros, quasi todos, e dos mais responsaveis pelo descalabro confrangedor a que a nossa terra chegou! Não querem solidariedade com eles os revolucionarios do Porto? Mas quizeram-nas! Porque, em caso contrario, não se teriam revoltado, não teriam durante uns poucos de dias ameaçado com as suas espingardas e a sua artilharia centenas de milhares de criaturas que, se algum delito praticaram,

foi-o de, com o seu trabalho honrado e constante, contribuirem para que o País possa pagar a quem, tendo por obrigação defendê-lo dos inimigos internos e externos, o ataca de vez em quando em sua própria casa, transformando a tranquilidade em massacre e a ordem em ensanguentada anarquia. Fidelidade à Constituição? Mas, em 28 de Maio, já os oficiais que nos pedem justiça tinham jurado defendê-la. E, todavia, deixaram que o Exército se erguesse em peso para implantar a sua ditadura, sem a menor reacção, sem protestos, sem sombra de opposição. Quantos, nessa hora de solene condenação dos partidos, pegaram em armas para que a Constituição continuasse a ser um farrapo imundo nas mãos dos políticos? Quantos? A cronica nada diz a esse respeito. E' muda e esfingica! O que nos leva a crer que o sarampo constitucionalista é maleita de encomenda, destinada a encobrir os verdadeiros propositos da revolução. E' mais um sofisma a juntar a tantos outros de que a vida da Republica anda saturada. A Constituição nunca foi senão uma burla. Defendeu ela alguma vez os direitos e as regalias dos cidadãos? Contestamos! O que ela sempre defendeu foi a ambição, os appetites, a sofreguidão do mando, os interesses suspeitos, a corrupção e a immoralidade da politica e dos politicos. Mais nada. Não era, portanto, a Constituição que se pretendia restabelecer. Era a imensa mesa orçamental, onde o País era servido ás talhadas pelos que estavam de cima, a todo o bom republicano e a todo o fiel cacique, fôsse qual fôsse a côr que o distinguisse e desde que desse matematicamente o seu voto aos democraticos! O resto não passa de ilusão! E' uma especie de véu diafano da mentira, cobrindo a verdade nua e crua!

A grande maioria dos officiaes signatarios da carta a que estamos respondendo afirma que se bateu pela Patria, quer na Africa, quer na Flandres. E depois? Supomos que não fez mais do que o seu dever! Porventura aiguem os forçou a adoptar a profissão que exercem? Escolheram-na em plena liberdade, decerto por ser a que mais os atraia e a que mais lhes agradava. Logo, sujeitaram-se a todas as consequencias desse seu acto. Morre-se, ás vezes, por se ser militar, official ou soldado, pouco importa? Evidentemente! Mas qual é a profissão que não oferece esse risco? O marinheiro, o maquinista, o mineiro, o homem que constroee casas e o que guia comboios, o que faz jornais, o medico e o que domina todas as forças brutas da natureza não estão, por acaso, sujeitos a perder a vida em accidentes e catastrophes proprias das suas profissões? Houve officiaes portuguezes, dos que promoveram esta e outras revoluções, que batalharam na Flandres e na Africa pela honra da sua Patria? O que há nisso de extraordinario? Mas ao lado deles — profissionais da guerra — tambem se bateram outros que o não eram, a quem a Patria reclamou esse sacrificio. Muitos deles viram as suas carreiras cortadas e as suas vidas desfeitas. Esses são os herois obscuros da guerra! Onde estão? Ninguém sabe! Depuzeram as armas, os que não morreram, e voltaram á existencia humilde de que os tinham arredado, sem pensarem em promover revoluções, para restabelecer a Constituição-burla! Lance-se o olhar para os paises que mais cruelmente foram experimentados pela guerra. Em qual deles a força armada, no todo ou em parte, se tem obstinado, não em manter intransigentemente a ordem, mas em fomentar periodicamente a desordem, com um furor destrutivo inaudito? Só conhecemos um — Portugal! Perguntamos: mereceria a pena termos ido á Franca batalhar pelo prestigio desta Patria estremecida? A Nação mantem o Exército para que ele a defenda dos seus inimigos internos e externos. Pode serenamente conceber-se que uma parte desse Exército, manejada pelos politicos, organizadores da nossa ruina, seja o maior inimigo dessa mesma Nação?!

A carta que encima este artigo não passa dum tragico sofisma! Os intuitos dos officiaes que a assinam podiam ainda oferecer duvidas a alguém. Agora não! O seu depoimento é esmagador. O seu idealismo revolucionario

é o idealismo revolucionario de todos aqueles que, tendo por dever contri-
buir com toda a sua intelligencia e com todas as suas virtudes para que
Portugal fôsse um Pais habitavel, o transformaram, em 16 anos de Republi-
ca, numa terra onde não se pode viver! Que maior crime pode ser-lhes as-
sacado? Por que outro delicto, mais esmagador e mais sinistro, podem ser
acusados? Desde que os mantenedores da ordem se obstinam em fomentar
a desordem, correndo em defesa da Constituição só quando ela não é já a
cornucopia de todos os manás que dela dimanam, que confiança pode esta
nacionalidade inspirar tanto aos de casa como aos de fóra? Toda a nossa
vida anda armada no ar! Anda tudo em Portugal ao contrario. Há uma
confusão, há uma mentira basilares a que é preciso pôr termo. Os revolu-
cionarios de Lisboa e Porto pretenderam, por acaso, restabelecer a verda-
de e a normalidade na administração publica? Não, não e não! Quizeram
apenas, na sua grande maioria, reconquistar situações perdidas! Quizeram
exumar das cinzas que principiam a cobri-lo um passado vergonhoso! Esse
prime falhou. E porque o *Século* é pela ordem contra a desordem, pela
moralidade contra a corrupção, pela verdade contra a mentira, aí fica, in-
sofismavel e clara, a resposta que o director deste jornal entendeu dever
dar áqueles que se lhe dirigiram, «profundamente indignados» com o nosso
artigo do dia 16. Habituação-nos a falar alto. Haja, ao menos, em Portugal
uma voz que se ouça!

(*Século*, 21 de Fevereiro de 1927).

A sagrada Constituição!

A avaliar pelas justificações do ultimo movimento revolucionario que
têm vindo a publico, dir-se-ia estarmos em presença dum consolador re-
juvenescimento civico, destinado a cimentar duma vez para sempre em
Portugal o imperio da lei e a sepultar no passado, envolto em oprobrio,
todo o arbitrio que tem sido a principal característica dos governos repu-
blicanos. Na verdade, de que têm pretendido convencer-nos aqueles que
pegaram em armas para derrubar a actual situação politica? De que pre-
cediam por essa forma violenta para restabelecer a Constituição, provisó-
riamente suspensa em algumas das suas disposições. Esse e só esse foi o
seu intuito! Por isso e só por isso ergueram barricadas e trincheiras
nas ruas de Lisboa e Porto, sem tremerem um só instante diante da altis-
sima responsabilidade que iam assumir, sujeitando a população civil das
duas cidades aos estragos da sua fuzilaria e aos efeitos, muitos deles irre-
paraveis, resultantes da actividade dos seus canhões. Ou julgariam eles,
os *idealistas revolucionarios* que escolheram para fazer valer as suas con-
vicções os *descampados* de Lisboa e Porto, que lhes bastava erguerem-se
em grita contra o Poder, para tudo cair de joelhos diante deles? Foi ape-
nas para dar vida a uma coisa extinta, para insuflar alento a uma mumia
ressequida, que homens fardados, com galões a distingui-los dos irrespon-
saveis, se juntaram com politicantes e com bandidos, com anarquistas e
com bolchevistas, com assassinos confessos e profissionais de todas as
revoluções e de todos os crimês, armados de bombas de trinta quilos, pe-
rante as quais, evidentemente, não podia haver ditador que não se sen-
tisse perdido! Será impertinencia interpretar este cartaz revolucionario?
Será excessivo indagar se realmente a Constituição tem sido
sempre respeitada como um papiro sagrado, em que só os eleitos, sob pe-
na de incorrerem em delicto de sacrilegio, podem tocar? Cuidamos que não.
Volvamos por isso os olhos para o passado...

Aquilo a que se chama o «estatuto fundamental da Republica» nasceu entre paixões politicas exacerbadissimas! Não foi gerado pela serenidade imperturbavel, que deve presidir á confecção de diplomas de semelhante importancia. Foi inspirado pelas conveniencias politicas do grupo que predominou na Constituinte. Esse grupo tinha um chefe — Afonso Costa — e tinha por órgão na Imprensa *O Raio!* Foi a orientação desse grupo que vingou. A Constituição, a *Sagrada Constituição*, a intangivel, a inalteravel, a rigida lei que tinha de ser a pedra angular do novo regime foi, portanto, desde a primeira hora, uma lei de facção, um instrumento das ambições e da corrupção do partido que lograsse predominar sobre todos os outros! Pela força das circunstancias, o grupo mais numeroso da Constituinte foi o que se apoderou da vida politica da Nação. Transformado em Partido Republicano Português, com a Constituição, obra sua, nas mãos, servindo-se dela como duma arma de varios gumes, capaz de abater todos os inimigos, esse partido, ora chefiado por Afonso Costa, ás claras, ora por outros que não passavam de titeres nas suas mãos, só a força deixou o Poder, desde que a Constituição foi aprovada, até hoje. Compreende-se facilmente quantas arbitrariedades, quantos desvios politicos, quantos abusos de Poder, quantos delirios de mando, quantos esbanjamentos, quantas violencias e quantas prepotencias o partido saído da Constituinte deve ter posto em pratica para ter sido, durante dezasseis quasi ininterruptos annos, o senhor absoluto em Portugal! Ergueram-se alguma vez, contra essas violencias revoltantes, que representavam outros tantos rasgões na Constituição, aqueles que desta feita, para a restabelecer, puzeram a ferro e fogo as duas principais cidades de Portugal? Onde estava, então, a sua sensibilidade constitucionalista, que não se arrepiou com as malvadas investidas organisadas a cada passo pelos democraticos, contra os direitos, contra as garantias e até contra a vida dos cidadãos?

Foi alguma vez verdadeiramente livre o exercicio do voto? Que o digam as victimas dos caceteiros, que impunham pela força o triunfo retumbante dos seus correligionarios! A Constituição determina que a livre escolha dos ministros seja regalia do Chefe do Estado. Algum dia um presidente da Republica, desde Arriaga a Bernardino Machado, nomeou, sem imposição nem coacção, aqueles que previamente escolhesse para exercerem o Poder Executivo? Não! Os directorios, com mais attribuições do que o Chefe do Estado, é que organizavam os elencos ministeriais, limitando-se o mais alto funcionario do regime a sancionar a escolha feita pelos supremos dirigentes dos partidos! Mas, mesmo assim, para que tal escolha vingasse, era indispensavel que ela procedesse da travessa da Agua de Flôr, onde o democratismo tinha o seu tabernaculo! Porque se surgisse de outra séde partidaria, apesar de ungida de todos os sacramentos presidenciais, a sua vida seria efemera! Esqueceu-se, porventura, a sorte do ministerio Fernandes Costa, que não chegou a tomar posse, por não lho ter consentido a escoria revolucionaria, que no Terreiro do Paço se juntou para, protegida pela força publica, o vaiar, o agredir, o forçar a desistir de governar? E o gabinete do sr. Giestal Machado? Que atribulações foram as suas até cair em pleno Parlamento, derrubado por aqueles que o não consideravam dentro da Constituição, por não pertencer ao seu partido? E a dissolução? Para que se adoptou? Para que foi introduzido no estatuto fundamental da Republica o principio dissolucionalista? Para que houvesse uma porta ampla, capaz de dar saída a todas as dificuldades parlamentares. Mas os democraticos é que mandavam sempre! A maioria jamais deixou de ser deles! Por esse motivo aquella salutar disposição constitucional, que só poderia ser utilizada depois de consultados os proprios interessados — o que equivalia a perguntar a um condenado á morte se queria morrer — foi sempre letra morta! E é depois de tudo isto, depois de se ter feito da Constituição uma mistificação, uma burla e um crime

permanente contra a Patria, que apparecem homens, responsaveis pelas suas palavras e pelos seus actos, a clamar que se revoltaram para restabelecer, *em toda a sua pureza*, essa burla e esse crime! Por ora, isto não é ainda um país de Beócios! Ha ainda dentro dele quem tenha memoria, quem saiba raciocinar, quem, ligando os acontecimentos, deles saiba tirar as necessarias conclusões!

Se o espirito constitucionalista existisse em Portugal, não seria preciso pegar em armas para o restabelecer! Quem se atreveria a destrui-lo? Quem ousaria pretender substituir um regime profunda e estruturalmente legalista, por outro que o não fôsse? Que povo, por mais atrasado, permitiria semelhante audacia? Mas não! O sarampo constitucional só irrompeu com caracter epidemico depois do 28 de Maio, isto é, após a queda estrondosa do democratismo truculento, devorista e corruptor. Até então, esteve incubado! Não apoquentou ninguem, a não ser alguns puritanos, como o dr. Jacinto Nunes que, vindo de muito longe, nunca transigiu com os trapeiros que fizeram a Constituição em fanaticos! Esse, sim, nunca deixou de correr em defesa da sua dama, sempre que a via, como as desgraçadas nas vielas, curtida de facadas por aqueles que viviam a dilacerar-a! Um dia, na Camara, Afonso Costa, escarninho e cinico, queria por força interpretar a seu modo e fazer vingar a sua interpretação, certo preceito constitucional. Os seus correligionarios, como bonsos ensaiados, applaudiam. Jacinto Nunes protestou contra o inaudito atropêlo! Riram-se-lhe nas bochechas com a desfaçatez dos energumenos! O velho democrata indigna-se. O sangue sobe-lhe á cabeça! Se não correm a ampará-lo, caíria para o lado! Pois nem assim se arrepiou caminho! Afonso Costa, com aquele seu riso que dava a impressão duma escova de arame a arrepiar um pedaço de coiro, triunfou! Quem appareceu, dessa vez, de armas na mão, para lhe infligir castigo correspondente a esse atentado? E dos outros que se seguiram, das autorizações parlamentares verdadeiramente scleradas, que aboliam insofismavelmente todas as disposições constitucionais, quem pediu contas a quem as votou e a quem se serviu delas? Quem?

Dizem os revolucionarios de agora que não querem nem quereriam jámais sombra de solidariedade com os politicos, qualquer que fôsse a sua côr. E' facil, depois da derrota, fazer afirmações desta natureza. Mas o passado oferece eloquente lição a indicar-nos o que aconteceria se a revolução vencesse. A estas horas, os politicos estavam instalados no Terreiro do Paço. O Parlamento dissolvido pelos homens de 28 de Maio já teria sido ressuscitado da vasa de vergonha em que se sumiu, e os revolucionarios triunfantes orgulhar-se-hiam em exhibir, como um titulo de gloria e como uma recomendação infalivel, as suas filiações partidarias e as suas afinidades politicas, perante as quais, acrescidas do inegualavel heroismo de se terem revoltado para salvar a Constituição, não haveria mandante que não se desentranhasse em mil manifestações de respeito! Quem não é politico, quem não tem a devorá-lo a ambição politica, quem não possui paixão partidaria a toldar-lhe o juizo, quem não é sectario, enfim, não se revolta! Esta verdade é indestrutivel! A Constituição foi, pois, para os revolucionarios de agora, o que tem sido sempre para os partidos politicos e, sobretudo, para a seita democratica — o escudo por detrás do qual quizeram occultar as suas verdadeiras intenções. Quer dizer: do Parlamento, onde foi uma mistificação e uma burla, a *sagrada Constituição*, transportada para a rua, transformou-se numa bandeira de crime! Bem mereceu tal fim o que semelhante principio teve!

(Seculo, 23 de Fevereiro de 1927).

O réu!

A Republica, ao contrario do que muitos pensam, veio quando tinha de vir. E' sempre tempo para os povos se libertarem de regimes que os não deixem progredir. E a monarchia, cansada e carcomida, perturbada por gravissimas dissensões entre os seus politicos, com os grandes partidos que a governavam inteiramente esfacelados, com uma aluvião de sub-mediocres a disfrutar ou a disputar o Poder, não podia já, na altura em que caiu, dar á Nação aquilo que a Nação exigia para prosperar e ser rica e feliz. Nasceu entre benções e hossanas clamorosos o regime implantado em 5 de Outubro de 1910. Entre aqueles que tinham combatido com inquebrantavel ardor as instituições monarchicas, não faltavam figuras que o povo transformára em idolos. A confiança que os cercava era ilimitada! Quem podia supôr, sequer, que os homens mais representativos da propaganda, uma vez com o Poder nas mãos, deixariam de corresponder á expectativa geral, esquecendo os interesses colectivos, para cuidarem apenas dos seus proprios ou permitindo que as paixões e os odios politicos se erguessem mais alto que o amor pelo País, que neles devia arder, como chama sagrada, a guiá-los pelo caminho do dever e do sacrificio? E teriam os apostolos e os caudilhos, os homens que o destino marcára para serem os obreiros das instituições republicanas e da Pátria nova, que sobre elas devia erguer-se, correspondido ás esperanças que o povo neles depositou? Os factos falam mais alto do que nós! O novo regime, apesar do prestigio que o acolheu á nascença, não obstante ter sido saudado como a salvação dèste povo de analfabetos e de maltrapilhos, falhou! Não deu ao País o que o País esperava! Não lhe trouxe nem mais moralidade nem mais prosperidade. E em lugar da tranquillidade, que é a base de todo o progresso, deu-lhe a desordem quasi permanente, que é a origem de todas as desventuras! Porquê?

Simplesmente porque, desde a primeira hora, a Republica tem tido a orientá-la, a dirigi-la, a perturbá-la, um genio mau, que a não tem deixado cravar raizes profundas na alma nacional, que a tem desviado dos seus logicos destinos, que tem feito dela instrumento dócil das suas vaidades, das suas desmedidas ambições, do seu afrontoso despotismo, das torvas paixões que são a essencia denegrada dos seus sentimentos e da sua intelligencia. Esse genio chama-se Afonso Costa. E' ele, é só ele o culpado de todas as desgraças que o novo regime tem despejado sobre a terra portuguesa. Ninguém, como ele, tem responsabilidades mais pesadas nas perturbações, na corrupção, na deliquescencia do principio da autoridade na morte da disciplina social, na vitoria retumbante da mentira sobre a verdade, no desrespeito pelas garantias dos cidadãos, nos atropelos, nas violencias, nas exações, nas extorsões e nos crimes que ha dezasseis anos veem transformando Portugal num País inabitavel, completamente á margem de todos os paises da Europa. A demonstração desta tèse é facil. Afonso Costa, era dos homens que o heroismo de Machado Santos colocou em 5 de Outubro no Terreiro do Paço, e de maior renome. O seu temperamento irrequieto, aparentemente ousado, com uma coragem feita mais de insolencia do que de valentia, quadrava á admiração das multidões, sempre dispostas a ajuizar pelas apparencias, incapazes de raciocinar e de reflectir, para não serem iludidas. Mas Afonso Costa, a esse tempo, já tinha agredido no Porto esse quasi cego, que se chamava Bruno! Era um traço do caracter do apostolo, que não devia ser esquecido! A sua fixação podia ter poupado os fanaticos a muitas desilusões! Correspondeu o primeiro ministro da Justica da Republica ao que a Nação esperava? De maneira nenhuma! Ele, que podia ter feito dèste País, do seu País, um Paraizo, transformou-o num Inferno!

Acima de tudo, colocou a sua personalidade! A Republica era ele! A lei era ele! Tudo o que não fôsse ele ou não lhe prestasse vassalagem não tinha direito á vida! Primeiro que tudo, tratou de empregar a familia. Os parentes e os amigos fieis foram nomeados de chofre, para lugares rendosos, que eram, ao mesmo tempo, baluartes do caciquismo, para quem quizesse monopolisar o Poder, corrompendo os eleitores! A canalha teve nele um li-songeador quasi feiticeiro. Os sicarios seguiam-no, como o povo eleito seguia Moisés, á espera do maná! Antonio José de Almeida, o tribuno prodigioso, fustigou-o um dia no Parlamento. Afonso Costa, desvairado, espumando raivas, truculento e perverso, apontou-o ás feras. Nessa noite, aquele que fôra, nos tablados dos comícios, o encantador extraordinario das multidões, esteve para ser assassinado no Rocio! Ao mesmo tempo, era desorganizada a familia, ferida nas suas celulas mais resistentes por leis confusas, destrambelhadas, mais proprias para dar que fazer a advogados e para alentar a corrupção, do que para moralisar e imprimir á vida social directrizes mais modernas. O plano do grande culpado era evidente. No fundo, tinha a animá-lo um odio mortal. Contra quem? Contra todos e contra tudo o que pudesse fazer-lhe sombra!

Veio a lei da separação! Foi uma iniquidade monstruosa! Inspirou-a o desejo de colocar no seus logares o Estado e as igrejas? Não! Animou-o o espirito de perseguição, que era a característica principal do seu autor. No fundo, foi uma espoliação e uma pilhagem! Mais nada! O País clamou! Os republicanos sinceros, os antigos, os que tinham arriscado vida, interesses e bens para verem realizados os seus ideais politicos, principiaram a debandar. Surgiram então os outros, aqueles em que ninguém ouvira jámais falar, muitos deles maus monarchicos, bezuntados á pressa de vermelho e verde! Em volta de quem se agruparam? De Afonso Costa, que fez deles as suas tropas de choque, os seus batalhões envolventes, as vagas de assalto que lançava contra os que o combatiam, sempre que tinha necessidade disso! O Congresso da Rua da Palma foi o primeiro rugido do vulcão, que ele preparara na sombra, para o pôr em actividade no momento oportuno. Foram ali calcinados todos os que não seguiam o ditador. Dali em diante, a harmonia entre os republicanos foi um mito. Dum lado ele, o vulto eminente, com os bandos esfaimados que constituíam as suas hostes politicas. Do outro, os que não se sujeitaram á tirania do despota, cujo *facies*, enrugado em constantes *ricius* escarninhos, assume por veze formas caricaturais dos esgares dos felinos! A sua alma baila, em perfeita evidencia, nas prégas dos seus labios nos grandes momentos em que o odio os agita. Então, os olhos fuzilam-lhe como os dos tigres... O aventureiro não hesitou diante de nenhuma mentira. Constituídos os novos nucleos partidarios, em torno de homens e não em torno de principios, só o seu partido era republicano. Os outros eram amalgamas de monarchicos e de traidores. Eram o rebotalho e a escoria. Eram uma ameaça e um perigo. Um governador civil de Lisboa organizou as milicias secretas de Afonso Costa. E o crime passou a ser coisa vulgar, que a impunidade cobria, dando alentos aos criminosos para novas façanhas! Quem reagia era perseguido. Em Portugal, só uma seita tinha direito á vida — a seita a que Afonso Costa presidia, a organização democratica que saíra da Constituinte, trazendo na mão uma constituição que servia para tudo! A intolerancia atingiu proporções inconcebiveis. A Republica, que se implantara para ser um regime de ordem e de liberdade, ressuscitára o miguelismo e o cabralismo, substituiu o imperio da lei pelo imperio da bomba, desorganizára toda a vida nacional, transformára um povo livre num rebanho de escravos, não do Poder Central, mas de Afonso Costa e dos seus sequazes.

Pimenta de Castro, chamado pelo velho Arriaga, idealista e poeta, substituiu um dia no Poder o chefe do democratismo triunfante. Tinha a Re

pública, nessa altura, quatro anos de vida. O País respirou! O grande culpado principiava a receber o premio devido ás suas virtudes. Ele, que tivera prestigio, autoridade e força para salvar a Nação, ainda mais a comprometera. Quem podia lastimar a sua queda, além daqueles que por ela eram também arrastados? Mas Pimenta de Castro foi fraco. Foi sobretudo enfiado em demasia. O jaguar preparava o salto. Afiava as garras no vil. E o 14 de Maio, desencadeado por ele, ao mesmo tempo que arvorava assassinio em processo facil de liquidar odios pessoais e politicos, derrubando Pimenta de Castro e Arriaga, restabelecia outra vez, em toda a sua eficiencia, o imperio das quadrilhas politicas, a cujos appetites dir-se-hia que nem uma só fibra da Patria resistiria. Arriaga foi deposto. Em seu lugar, surgiu em Belem Bernardino Machado. A politica da guerra prosseguiu. Apreenderam-se os navios alemães, fundeados em aguas portuguezas. Faz-se o negocio escandalosissimo da Furness, á sombra do qual se realizam lucros fabulosos. Quem é a alma de tudo isso? Afonso Costa, cujas finanças financeiras são conhecidas. Vão para a Flandres os primeiros soldados. Vimo-los chegar a Brest, quasi descalços, sem capotes, sem agasalhos, com um frio de rachar valem-lhes os ingleses distribuindo-lhes cobertores. No trajecto até ao Aire sur La Lys, morrem portugueses de frio! Entretanto, Afonso Costa nas finanças, e Norton de Matos na Guerra, praticam todos os esbanjamentos que uma simples chancela autentica! Sidonio Paes expulsa-os do Poder: Uns fogem, outros são presos. Afonso Costa, a tremer de medo, é capturado na cozinha dum hotel! Bernardino Machado, que havia de ser mais tarde o seu acusador, para ser agora de novo o seu socio e o seu cúmplice, é posto na fronteira, com todas as honras! As alfurjas revolucionarias trabalham. A nova situação mal tem tempo para velar pela ordem publica. Até que uma noite, á entrada da *gare* do Rossio, uma bala certa prosta sem vida aquele que, com a sua audacia e a sua valentia antiga, lograra livrar a Patria dos seus formidaveis inimigos internos, para com o seu esforço nos europeisar e nos dignificar aos nossos olhos e aos dos estrangeiros!

Posto em liberdade pelo ditador magnanimo que o arrancara do Poder, Afonso Costa fixa a sua residencia em Paris. Transforma-se em caixeiro do Banco Ultramarino. Espreita aos *guichets* do palacete da rua do Helder os seus clientes, os seus colaboradores e os seus cúmplices. Intriga, quando não ha no Terreiro do Paço um Governo que obedeça ás suas ordens. Faz-se homem de todos os negocios e, de vez em quando, pula sobre a capital, para servir os que lhe pagam! Architecta a *pantomimice* dos 50.000.000 de *dollars*, que arruina os ingenuos e enriquece aqueles que estão no segredo da tranquiernia. E' deputado. Pedem-lhe contas e não as dá. Chama-m-no ao Parlamento. Recusa! O seu cinismo é a sua unica defesa! Entrincheira-se na sua olimpica grandeza e clama que é patriota e honrado. Quem o acreditou? Toda a gente, julgou ele. Só os da sua laia, afirmamos nós! Desaparecido o Presidente Sidonio, Afonso Costa passa a ser uma especie de *Encoberto*. Sempre que ha crises ministeriais, imploram-lhe que venha! Solicitam-lhe que corra a salvar-nos, que não recuse á sua Patria aquilo que ela espera dele. Em vão! S. Ex.^a não arranca! Ainda não é tempo! Entretanto, vai pondo no Poder quem o não contrarie. Nada se faz sem o seu beneplacito. Os ministros, seus servos, consultam-no para tudo. Quem manda é ele! Quem dirige a politica nacional é essa figura sinistra de megalomano corrupto, que se embusca no estrangeiro para colher todos os lucros, sem correr nenhum dos riscos, dessa situação privilegiada, mas covarde! O dono de tudo isto, aquele que podendo ter feito deste País uma terra de brancos, o transformou, pelas paixões que pôs em choque, numa imensa tribu de peles vermelhas, sempre dispostos a trucidarem-se, podia ao menos, agora que disfruta de tudo o que em geral torna os homens indulgentes e compassivos, abandonar Portugal a si proprio e deixa-lo seguir livremente o seu caminho. Fez isso?

Não fez! Neste feudo do democratismo, Afonso Costa quer continuar a ser o regulo! Assim, triunfante o 28 de Maio, a sua atitude define-se logo. Ha que organizar a revolução constitucionalista! Mãos á obra! Alicia elementos predispostos para a luta! Recorre aos *desalojados* e aos *despojados*. Ele mesmo está nesse numero! A escumalha, que foi sempre a base do seu poder, agita-se. Os ambiciosos, de andaina ou de farda, entendem-se. Guiada pelo genio tenebroso que tem arruinado o País e ensopado, por mais duma vez, em sangue a terra portuguesa, a revolução organiza-se e estala! Vão ser sacrificadas novas vitimas inocentes! Entretanto, S. Ex.^a, em Paris, ao *guichet* do Banco que lhe paga, esclarece o que se passa em Portugal. Mente como um vilão irresponsavel. Insulta vivos e mortos. Torce todos os acontecimentos e todas as intenções. Mefistofeles de viela, enreda, numa teia de falsidades, toda a vida nacional dos ultimos anos! Impinge-se aos plumitivos da extrema esquerda, que ele chama até si para os ludibriar, como o chefe do movimento revolucionario que se destinava a restabelecer a sua *Constituição*. Cita nomes de outros chefes. Empurra outra vez Bernardino Machado para Belem! E quando, sabe que a revolução democratico-comunista que lá de longe perfeitamente ao abrigo da metralha que devastou Lisboa e Porto, com tanto entusiasmo exaltara, fôra vencida, cinico e sanguinario, negociante e traficante duma Patria que o repudia, limita-se a dizer, escarninho e odiento, que em face do desastre só lhe resta, e aos amigos, recomçar! Este é o homem a quem Portugal deve todas as suas atribulações dos ultimos dezasseis anos da sua existencia. Está hoje pior do que nunca, mais duro de alma e de inteligencia, mais trapalhão e mais preiteiro da nossa desordem permanente, o criador do democratismo, o traficante da Furness e dos cinquenta milhões de *dollars*, o caixeiro do Banco Ultramarino, foi, enfim, Afonso Costa. Acusamo-lo do *maior culpado* das desventuras que têm afligido os portugueses e apontamo-lo á execração publica, como o mais perigoso de quantos politicos, apascentam as suas ambições pelo territorio nacional! Temos vivido sob a acção da escravatura democratica, de que ele é o simbolo. A hora da libertação chegou! Onde está vil do que outrora! Se Portugal, algum dia, praticou um crime digno de pena capital, o carrasco escolhido para executar a sentença foi o desorganizador de toda a nossa vida nacional, o corruptor da nossa moral, o em-o português, digno desse nome, que troque a sua liberdade, representada pela actual situação politica, pela tirania covarde, oculta, subrepticia e malvada de S. Ex.^a, o réu?!

(Seculo, 24 de Fevereiro de 1927).